

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO: UM ESTUDO DE
CASO**

por

Simone Bialozor

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito para a obtenção do grau de

Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Clóvis Renan Jacques Guterres

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO: UM ESTUDO DE
CASO**

Elaborada por
Simone Bialozor

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Escolar

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Clóvis Renan Jacques Guterres
(Presidente/ Orientador)

Karina Klinke, Prof^a. Dr^a. - UFSM

Lorena Inês Peterine Marquezan, Prof^a. Ms^a. - UFSM

Hugo Antônio Fontana, Prof. Dr. – UNICAMP

Santa Maria, 05 de setembro de 2006.

AGRADECIMENTO

Gostaria de fazer um sincero agradecimento, a todos que de uma ou outra forma participaram e colaboraram para a realização deste trabalho. Chegar até este momento, com certeza só foi possível graças ao bom Deus e a cada pessoa que esteve presente, a todos o meu **Muito Obrigada!**

Especialmente ...

... à diretora do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, Vânia Maria Almeida da Silva, pela disponibilidade e colaboração no levantamento de documentos e demais informações pertinentes à pesquisa; aos funcionários, professoras e alunos, pela acolhida.

... às ex-diretoras do NEIIA, Tokiko Kimura, Hilda de Salles Juchem, Carmem Regina E. Borges, Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, Marta Maria Beher Dalla Porta, Anna Helena Pereira Bernardes, pelas informações prestadas à pesquisa.

... a minha querida família, que mesmo distante, foi e é meu porto seguro.

... ao professor orientador Clóvis Renan Jacques Guterres, pela compreensão, pela atenção, pela disponibilidade e pelas contribuições prestadas a mim e ao meu trabalho.

... aos professores da banca, Lorena Inês Peterine Marquezam, Karina Klinke, Hugo Antônio Fontana; e demais professores e colegas do Curso de Especialização em Gestão Escolar, pelos momentos de aprendizado.

... aos meus queridos amigos, pela apoio, carinho e amizade, Mari e sua família, tia Eva, Tia Tereza, Neoclesia, Madalena, Fábio... e demais amigos que não foram mencionados, mas estiveram presentes. Obrigada a todos vocês!

RESUMO

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO: UM ESTUDO DE CASO

Autora: Simone Bialozor

Orientador: Profº. Drº. Clóvis Renan Jacques Guterres

Santa Maria, 05 de setembro de 2006.

Este estudo procurou analisar as origens e o desenvolvimento do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, situado no Campus da Universidade Federal de Santa Maria. Inicialmente procurou-se contextualizar o objeto de investigação através de uma breve retrospectiva da Educação Infantil no Brasil, da atual legislação pertinente a crianças de 0 a 6 anos e uma flexão sobre a importância da gestão escolar. Em seguida procurou-se reconstruir criticamente a desenvolvimento das gestões nesta instituição, as principais mudanças ocorridas, a articulação dos gestores na organização e funcionamento do Núcleo. A pesquisa caracterizou-se como um Estudo de Caso, centrado na análise documental e depoimentos de pessoas envolvidas. A base teórica do trabalho fundamentou-se em Zilma de Moraes Oliveira, sobre o percurso da Educação Infantil no Brasil, Paulo Nathanael Souza e Faria e Palhares no que se refere a legislação para crianças de 0 a 6 anos e em Libâneo e Castro sobre as concepções de Gestão. Os resultados da investigação levaram a concluir que, durante as cinco gestões, no período de 1989 a 2006, o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo passou por mudanças, tanto na sua estrutura, como na adequação a legislação, metodologias de trabalho e no próprio trabalho pedagógico. Dentre estas mudanças duas foram mais significativas. A primeira se refere ao momento em que a instituição inicia o processo de superação do caráter assistencialista, dando uma dimensão mais pedagógica ao atendimento das crianças e isso foi viabilizado através da troca de profissionais da área da saúde por estagiários provindos de cursos da área da educação, aliado ao fato da direção ser constituída por professoras do Centro de Educação. A segunda seria quando o NEIIA passa a pertencer ao Centro de Educação e a partir desse período inicia o trabalho de torná-lo um núcleo educacional reconhecido, sendo que para isso foram dados importantes passos como a construção do Projeto Político Pedagógico e o envolvimento mais efetivo da comunidade escolar na gestão da instituição

Palavras-chave: Histórico, Educação Infantil e Gestão.

ABSTRACT

IPÊ AMARELO NUCLEUS OF CHILDREN EDUCATION: A STUDY OF CASE

Author: Simone Bialozor

Guiding: Prof^o. Dr^o. Clóvis Renan Jacques Guterres
Santa Maria, September 05, 2006.

This study was an attempt to analyze the origins and the development of Ipê Amarelo's Nucleus of Children Education, located in the Campus in the Federal University of Santa Maria. Initially the investigation of the object was contextualized through a brief retrospective of Children Education in Brazil, of the current pertinent legislation to children from 0 to 6 years and a flexing on the importance of the school administration. Soon afterwards it tried to rebuild critically to development of the administrations in this institution, the main change happened, the managers' articulation in the organization and operation of the Nucleus. The research was characterized as a Study of Case, centered in the documental analysis and depositions of personal involved. The theoretical base was based on Zilma of Moraes Oliveira's work, on the course of Children Education in Brazil, Paulo Nathanael Souza and Faria and Palhares in what refers the legislation for children from 0 to 6 years and in Libâneo and Castro about the conceptions of Administration. The results of the investigation permitted to conclude that, during five administrations, in the period from 1989 to 2006, the Nucleus of Children Education Ipê Amarelo improved some changes, so much structural as in the adaptation of the legislation, work methodologies and in the pedagogic work itself. Two of these changes were more significant. The first refers to a moment in which the institution begins the process of overcoming of an assistance character, giving a more pedagogic dimension to the children's service and that was made possible through the replacement of health area professionals by trainees from courses of the education area. Allied to the fact, the direction is constituted by teachers of the Education Center. The second change is when NEIIA starts belonging to the Center of Education. From that period the work of turning it a recognized education nucleus begins, and important steps were given, for instance, the construction of the Pedagogic Political Project and the more effective involvement of the school community in the administration of the institution.

Keywords: Report, Children Education and Administration.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Roteiro base para as entrevistas

ANEXO II – Documentos do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo

ANEXO III – Fotos

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
CAPÍTULO I – UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	17
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	26
CAPÍTULO III – GESTÃO ESCOLAR.....	30
CAPÍTULO IV – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO.....	.30
4.1 Surgimento no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.....	30
4.2 Gestão da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo: 1989 a1991.....	31
4.3 Gestão da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo: 1991 a 1994.....	35
4.4 Gestão da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo: 1994 a 1998.....	40
4.5 Gestão do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: 1998 a 2002.....	45
4.6 Gestão do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: 2002 a 2006.....	48

CAPÍTULO V – ATUAL ESTRURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMARELO.....	55
--	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
--------------------------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	6
--------------------------	----------

ANEXOS.....	67
--------------------	-----------

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha deste tema deve-se, primeiramente, a minha experiência de dois anos de trabalho No Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo como bolsista estagiária, onde inclusive realizei meu estágio do Curso de Pedagogia Pré-Escolar. Além do interesse em conhecer mais detalhadamente um processo de gestão em uma instituição de Educação Infantil, encontrava-me em uma situação privilegiada, uma vez que o Núcleo era reconhecido como referência pelo desenvolvimento do seu trabalho com crianças de 0 a 6 anos de idade. Portanto o interesse, a experiência e a oportunidade de pesquisa foram os elementos que me levaram a desenvolver esta monografia. Acrescentou-se a isso o fato de, até o presente momento, a Instituição não ter sido objeto de investigação científica.

O formato da investigação foi sendo definido a partir das relações com a área de concentração do curso “Gestão Educacional e Escolar” bem como o caráter específico que configura um “estudo de caso”. Devido ao fato desta Instituição existir há 17 anos, tornou-se imperativo conhecer seu desenvolvimento, analisar as gestões que se sucederam, seus problemas, méritos em resumo a sua contribuição para a área de educação Infantil.

A definição do problema de pesquisa foi tomando corpo a medida que me interessava saber como tinha iniciado o Núcleo e como se desenvolvera até os dias de hoje. Em decorrência os objetivos do trabalho foram estabelecidos com o propósito de analisar as origens, o desenvolvimento do Núcleo, as formas de articulação das gestões entre si e com a UFSM, assim como as principais transformações que se sucederam nesta Instituição.

Como “estudo de caso” os procedimentos adotados foram a análise exaustiva de documentos existentes no Núcleo e no arquivo geral da UFSM, assim como a localização das pessoas envolvidas e seus depoimentos através de entrevistas semi-estruturadas. Através da análise documental e das informações coletadas nas entrevistas, foi possível reconstruir cada período de gestão, analisando as transformações ocorridas e o modo de articulação dos gestores.

No referencial teórico deste trabalho autores como Oliveira, Libâneo, Faria e Palhares, Lima, dentre outros, contribuíram de forma significativa para o

esclarecimento de vários aspectos presentes neste estudo como a situação da Educação Infantil, as legislações pertinentes a ela e a própria Gestão Escolar.

A análise cruzada destes dados facilitou a reconstrução histórica do Núcleo, Gestão por Gestão, assim como as principais transformações ocorridas.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos. No primeiro, “Um histórico da Educação Infantil no Brasil”, destaco a situação da Educação Infantil em nosso país, desde as primeiras concepções sobre o atendimento de crianças de 0 a 6 anos até o que se pensa sobre a Educação Infantil nos dias atuais.

No Segundo capítulo, “A Educação Infantil e as legislações educacionais”, abordo a inclusão da Educação Infantil em políticas educacionais, através da publicação das principais legislações que contemplam o trabalho educacional com crianças pequenas.

No terceiro capítulo, “Gestão Escolar”, faço uma reflexão sobre a importância da Gestão Escolar, como ela ocorre e suas principais características.

No quarto, “Histórico da gestão escolar do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo”, faço primeiramente um resgate de como foi o surgimento desta Instituição e, em seguida, uma reconstrução geral de cada período de gestão.

Já no quinto capítulo, “Atual estrutura organizacional do NEIIA”, descrevo como está organizada a estrutura do Núcleo hoje em dia.

CAPÍTULO I

UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil, até o século XIX, era vista como um período em que crianças de 0 a 6 anos precisavam apenas de cuidados ligados à alimentação e à saúde. Muito tempo depois, estudos sobre a infância constataram outras necessidades do desenvolvimento infantil. A mudança de uma concepção assistencialista para um trabalho educacional voltando ao desenvolvimento das crianças foi um processo difícil e lento e, atualmente, se pode dizer que essa transformação ainda não ocorreu plenamente.

Em nosso país, até meados do século XIX, não existia qualquer tipo de atendimento a crianças pequenas fora de seus lares. A situação começa a mudar apenas na segunda metade do século, quando ocorre a abolição da escravatura, a migração da zona rural para a zona urbana e os avanços culturais e tecnológicos que vieram culminar com a Proclamação da República. A partir daí são criadas medidas de proteção à infância, devido a um número expressivo de filhos de escravos abandonados e às altas taxas de mortalidade infantil. São criadas então creches, asilos e internatos, onde se fazia a assistência às crianças pobres. Os trabalhos com crianças pequenas tinham por base, como nos demais países, os estudos de Froebel com crianças pobres. Eram seguidas algumas tendências em relação a cuidados com a saúde e a higiene dos pequenos, os quais na época eram difundidos por Mc Millan, e promovia-se a estimulação cognitiva, defendida por Montessori, como um meio de se compensar as deficiências das crianças. (OLIVEIRA, 2002)

No final do século XIX foram criados os jardins-de-infância, sob a influência do movimento da Escola Nova ocorrido na Europa, aos quais

muitos criticavam por identificá-los como salas de asilo francesas, entendido como locais de mera guarda de crianças. Outros os defendiam por acreditar que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil sob a influência dos escolanovistas. (OLIVEIRA, 2002, p. 92)

Estas instituições tinham por objetivo prestar caridade a famílias pobres, que precisavam trabalhar e que não tinham com quem deixar suas crianças. Discutia-se

quem deveria manter esse tipo de instituição, já que se destinava a caridade. Mesmo em meio a essas discussões, em 1877, no Rio de Janeiro, foram criados os primeiros jardins-de-infância mantidos pela iniciativa privada. Alguns anos depois, este tipo de instituição surge sendo mantida pelo poder público, mas neste caso se destinava a uma classe de nível social mais elevado, na qual eram desenvolvidos projetos pedagógicos baseados nos estudos Frobelianos. Nestes projetos eram desenvolvidas atividades de ginástica, de pintura, de desenho, de cálculo, e de leitura, e estudos sobre história, geografia e religião. Enfim, eram contempladas diferentes habilidades e áreas do conhecimento.

Mas em meio a este contexto surgia uma discussão que está presente até hoje, o assistencialismo na educação infantil e a escolaridade precoce, caracterizados como uma educação compensatória, que teria como função suprir as deficiências quanto ao desenvolvimento e à aquisição de cultura por parte das crianças de classes menos favorecidas.

Com a Proclamação da República em 1889, a qual foi, segundo Oliveira, “realizada em meio a um cenário de renovação ideológica, trouxeram modificações também para o atendimento de questões sociais que continuaram a ser tratadas conforme a camada social da população atendida” (2002, p. 94). Em meio a este contexto foi criado o Instituto de Proteção à Criança, através de uma iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública e com a “assistência científica à infância”.

No século XX, com a urbanização e a industrialização intensas, houve uma inserção maior das mulheres no mercado de trabalho, principalmente na indústria. Como atendimento em jardins-de-infância era restrito e insuficiente, as mães trabalhadoras precisaram buscar outras alternativas, como deixar as crianças com pessoas que cuidassem delas em troca de dinheiro. Mas a consequência disto foi o alto nível de mortalidade de crianças atendidas pelas chamadas “criadeiras”. (OLIVEIRA, 2002)

Diante destas dificuldades surgiu um conflito entre patrões e empregados quanto à ajuda das empresas com o cuidado de seus filhos. Os patrões não consideravam como seu o dever social de prestar este atendimento. Mas os trabalhadores, principalmente imigrantes europeus, organizaram-se em sindicatos e exigiram como um direito seu a criação de creches pelas empresas para atender seus filhos. Pode-se dizer que uma parte destas reivindicações foi atendida, com a

criação de algumas creches e escolas maternas. Essa iniciativa das empresas serviu como uma maneira de enfraquecer os movimentos operários.

Em 1923, com o reconhecimento do trabalho da mulher como classe operária houve a instalação de creches e de salas de amamentação próximas aos locais de trabalho das mães. A medida não estaria relacionada propriamente a uma preocupação com as crianças, mas sim com um melhor rendimento das operárias em suas funções. Neste tipo de atendimento também não estariam presentes objetivos educacionais.

Tantas atividades industriais, na década de 1920 resultaram em na revolução da burguesia industrial no país, sendo um momento político importante para o Brasil. Nesta época, mais precisamente em 1922, realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e, em meio a este contexto, surgiram as primeiras regulamentações para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos nos jardins-de-infância e nas escolas maternas. Estas regulamentações se referiam tanto ao trato com as crianças, como também em questões sociais, pedagógicas e médico-higienistas, buscando um maior apoio para a construção de propostas políticas vindas dos órgãos governamentais.

Em 1932, através da mobilização da burguesia industrial, que se opunha ao modelo tradicional, foi elaborado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual eram defendidas idéias como: a educação como função do Estado; o ensino laico, gratuito e obrigatório; a instituição da educação pré-escolar como base do sistema escolar; e ainda a criação de cursos de formação de professores. (OLIVEIRA, 2002). Dando continuidade a esse movimento, em 1949, foi criado no Rio de Janeiro o Centro de Pesquisas da Criança no Instituto de Educação deste mesmo estado, tendo como fundadores dois pioneiros da Escola Nova: Anísio Teixeira e Lourenço Filho que com Heloisa Marinho, organizaram posteriormente um Curso de Formação de Professores para trabalhar com turmas de pré-escolares. Mas assim como as anteriores, esta mobilização pedagógica também foi mais expressiva nos grupos sociais mais privilegiados.

Neste período de 1930 a 1970, os programas de atendimento à infância foram marcados pelo assistencialismo, pois as crianças menores eram atendidas em creches, e as políticas educacionais se direcionavam apenas para as crianças de quatro a seis anos de idade, período esse que antecedia o ensino formal. Nos

programas era visível o caráter compensatório e assistencial, os quais vinham sempre acompanhados de cuidados com a higiene e a saúde.

Os aspectos compensatórios e assistencialistas permaneceram na década de 1970 neste período a educação de crianças pequenas é citada na legislação educacional, mais precisamente na Lei 5692/71, que menciona e incentiva a criação de instituições para essa faixa etária, as quais ficam sob a responsabilidade também dos municípios. Continuaram os debates sobre como as privações culturais sofridas pelas crianças pobres seriam responsáveis pelo fracasso escolar e sobre uma necessidade de suprir estas carências através de uma educação compensatória, em que “se visava uma estimulação precoce e o preparo para a alfabetização, mantendo políticas educativas geradas por uma visão assistencialista da educação e do ensino” (OLIVEIRA, 2002, p.109.)

Em contra partida, também havia um crescimento de creches particulares, norteados pela preocupação com aspectos cognitivos, sociais, motores e emocionais da criança. Pesquisadores da área defendiam a necessidade de um trabalho pedagógico aliado também ao cuidar da criança.

Paralelamente a esta situação, havia o crescimento da pobreza, a falta de infra-estrutura, os baixos salários e uma necessidade maior de creches para as mães que precisavam trabalhar fora de casa. Isso gerou uma pressão sobre o poder público, para que ampliasse a oferta de vagas em creches e pré-escolas. Mais uma vez a esfera pública não consegue dar conta da demanda de crianças, e as que ficaram fora do atendimento passaram a ser recebidas em creches domiciliares que eram mantidas com recursos comunitários. Essa alternativa, na maioria das vezes não era de qualidade, devido a estruturas inadequadas e à ausência de um trabalho pedagógico. Ainda na década de 70 década, segundo Souza (1997, p. 52)

o Ministério da Educação criou em sua estrutura, uma coordenação específica para tratar da educação pré-escolar. Todavia, por falta de posicionamento a respeito da matéria, na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, os chamados programas para a chamada educação pré-escolar, sempre enfrentaram grandes obstáculos para serem executados, a partir da questão financeira, por não contarem dos orçamentos públicos dos sistemas educacionais.

Essa situação se estendeu por muito tempo. Para a Educação Infantil não havia políticas públicas nem recursos para que ela realmente tivesse um padrão de qualidade, que garanta infra-estrutura adequada, ambiente que estimule o

desenvolvimento das capacidades das crianças, bem como profissionais com formação específica.

No ano de 1985, finda o Regime Militar e com a promulgação da Constituição Federal em 1988, finalmente é reconhecido o direito das crianças brasileiras a usufruírem de creches e de pré-escolas. Legalmente, o dever do atendimento à infância passa a ser do Estado e fica legitimado esse direito da criança no artigo 208, inciso IV, “atendimento em creche e pré-escola às crianças com zero a seis anos de idade”.

Após essa legitimação da Constituição Federal, intensificam-se discussões e a elaboração de projetos pedagógicos para esta área. Há também a destinação de recursos para programas de alfabetização, que de certa forma contemplam mais a pré-escola, acabando por deixar as creches de lado. Percebe-se que ainda não há um trabalho específico para as crianças pequenas, pois ou ele possui cunho assistencialista ou está voltado para a escolarização. (OLIVEIRA, 2002)

Na década de 90, surgem novos momentos importantes para a Educação Infantil, como a publicação do Estatuto de Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90 que concretiza os direitos legais para as crianças e os adolescentes, como o mencionado no artigo 4º desta Lei

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ainda neste período pode-se dizer que houve uma intensificação nos estudos referentes à Educação Infantil, que deixa de pertencer à Secretaria de Assistência Social e passa a pertencer ao Ministério da Educação e Cultura. Neste momento há um reconhecimento da Educação Infantil como sendo um espaço educativo e essa discussão passa a ser abordada pela Coordenação Geral da Educação Infantil (COEDI/MEC), a qual é ligada à Secretaria de Ensino Fundamental e ao Departamento de Políticas Públicas. A COEDI, desde 1994, vem discutindo os critérios para a construção de políticas coerentes à infância, com a participação de diferentes segmentos da sociedade, através da realização de seminários, divulgação de estudos e debates, nos quais buscam elementos para dar um maior embasamento sobre o perfil da Educação Infantil em nosso país. A partir destas

discussões foram elaborados alguns critérios que orientariam, de uma maneira geral, as instituições que trabalham com crianças de zero a seis anos. (FARIA e PALHARES, 1999)

No entanto haviam muitos desafios a serem superados, como a falta de recursos, a formação inadequada dos professores, as práticas assistencialistas, a falta de estrutura adequada, entre outros. Mesmo assim, um passo importante foi dado, no momento em que se concebe um novo modo de trabalho com crianças pequenas, em que o cuidar está aliado ao educar.

Outro marco importante vem a ser a publicação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº9394/96, a qual considera a Educação infantil como um espaço educativo e uma etapa Educação Básica, trazendo aspectos positivos para esta área, como a intensificação de pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento de crianças pequenas, a elaboração de projetos pedagógicos pelos educadores e uma maior valorização dos professores. Foram proporcionadas também maior autonomia e flexibilidade para o funcionamento de creches e pré-escolas, a ampliação do atendimento para crianças dessa faixa etária e ainda o surgimento de mais estudos direcionados para a Educação Infantil, os quais contribuíram para melhorar a qualidade do trabalho e para a organização de práticas educativas adequadas ao desenvolvimento e às necessidades das crianças.

Em 1998 foram publicados também os Referenciais Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, documentos que abordam diversos aspectos que envolvem o trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos e que servem como norteadores gerais para estas práticas pedagógicas.

Estes documentos representam um avanço para o atendimento de crianças de zero a seis anos, pois tanto os Referenciais Curriculares Nacionais como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil são resultado de estudos sobre o desenvolvimento infantil e suas necessidades, podendo, desta forma, servir de ponto de partida para a elaboração de propostas e projetos educativos para este nível de ensino.

A chegada a este momento atual da Educação Infantil não pode ser considerada como um fim, mas como uma contínua busca por melhorias, as quais são necessárias e ainda não atingiram a maioria da clientela de crianças. Vale ressaltar que esta etapa do ensino precisa evoluir ainda mais para atingir a plenitude

de sua função, que é a de promover o indivíduo, tanto no seu desenvolvimento cognitivo e físico como também socialmente.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A partir do processo de redemocratização do país, com a Promulgação da Constituição Federal de 1988, e da elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ocorreram importantes e significativas mudanças na forma de se conceber a educação de um modo geral. Mas se pode se dizer que a Educação Infantil foi um dos níveis de educação que mais sentiu os reflexos dessas mudanças, não somente pelo fato de ser reconhecida como nível de ensino, mas, principalmente no que se refere ao seu reconhecimento como importante período de desenvolvimento do indivíduo.

Na Constituição de 1988, no artigo 208, inciso IV, é garantido o direito ao “atendimento educacional especializado em creche e pré-escola às crianças com zero a seis anos de idade”. Além do que garante a Lei Máxima, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, reforça os direitos constitucionais das crianças menores de 6 anos, priorizando seu “... desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.” (artigo 3º). Este documento passa a considerar as crianças como sujeitos de direito e na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente fazem referência à criança como cidadã de direito e asseguram o atendimento para a faixa etária de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas.

Mas para que este atendimento garantido por Lei fosse de qualidade e atendesse às reais necessidades das crianças, era preciso que houvesse uma regulamentação para o atendimento dispensado à Educação Infantil, tais como parâmetros e critérios que conduzissem o trabalho com crianças pequenas de maneira coerente e adequada.

Um marco para que o estabelecimento de diretrizes e metas, tanto para a Educação Infantil como para os demais níveis, foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento este elaborado na Conferência de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Este encontro foi

convocado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Estes órgãos se reuniram com os representantes dos países de maior população no mundo para discutirem juntos o quadro problemático instalado: o rápido crescimento da população e o aumento da pobreza. Problemas estes que atingiam diretamente as necessidades básicas da população, como a aprendizagem. Um dado da época ilustra esta situação: 100 milhões de crianças sem acesso ao ensino primário. Após a discussão dos problemas, os países participantes, entre eles o Brasil, se comprometeram na elaboração de planos decenais de educação, com o fim de assegurar à população o direito à educação e à universalização da Educação Básica. Quanto à Educação esta Declaração deu suporte para as demais legislações nacionais que seguiram, dentre elas a Nova LDB/96, o Plano Decenal de Educação/1993 e o Plano Nacional de Educação /2001. De acordo com a Declaração, a Educação Infantil “tem a função de complementar a ação da família”, determinação que está presente no artigo 29 da LDB, no qual a Educação Infantil foi incluída, sendo considerada como a primeira etapa da Educação Básica.

Para cumprir o que foi determinado na Conferência de Jomtien, em 1993 o nosso país elaborou o seu Plano Decenal de Educação, o qual indica as diretrizes para a política educacional dos próximos dez anos, devendo estas serem aperfeiçoadas por estados e municípios. Segundo o documento

O Plano responde dispositivo constitucional que determina eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental nos próximos dez anos (...) o plano decenal é um conjunto de diretrizes e políticas em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deverá coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica” (Plano Nacional de Educação, 1993, p.15)

Quanto à Educação Infantil, segundo os dados do próprio documento, somente 18% das crianças oriundas de famílias de baixa renda recebem atenção educativa, enquanto que em famílias com renda acima de dois salários mínimos este percentual se eleva para 60%. Diante desta situação, o Plano Decenal estabelece algumas metas para que se tenha uma expansão e uma melhoria no atendimento da Educação Infantil, através do desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares, da formação de profissionais e da promoção da função educativa. A

partir deste período, passa a se constatar um aumento no atendimento às crianças de 0 a 6 anos nos registros de instituições que trabalhavam com esta faixa etária. Outro avanço é em relação a elaboração de novos documentos que visam a melhoria e o reconhecimento deste nível de ensino.

Como prova disto, o Ministério da Educação e Desporto, com a Secretária de Educação Fundamental (SEF) e a Coordenadoria Geral da Educação Infantil (COEDI) ampliam seus debates e seus estudos relativos à faixa etária que abrange a Educação Infantil. Partindo da necessidade de divulgação da importância desse período da vida da criança e dos estudos acerca do assunto, são lançados de 1994 a 1996 os Cadernos da COEDI. O objetivo desse material era “buscar a superação da dicotomia educação, assistencialismo, incentivando estratégias de setores e ou instituições comprometidos com a Educação Infantil”. (Faria e Palhares, 1999, p.6). A publicação destes cadernos buscou contemplar problemas relacionados a espaços inadequados, à ausência de propostas pedagógicas e a pessoal sem habilitação. São debatidos também a situação da Educação Infantil no Brasil, bem como as propostas e os projetos referentes à área, disponibilizando os conhecimentos produzidos pelas Universidades e pelos Grupos de Pesquisa.

Em seguida, a Educação Infantil tem o seu espaço e a sua importância reconhecidos pela Lei Educacional, que trouxe mudanças para a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei N° 9.394/96. Nela, finalmente, a Educação Infantil é reconhecida como parte da Educação Básica e como um importante período do desenvolvimento humano, o que é destacado no seu artigo 29:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Neste artigo é especificado claramente o objetivo da Educação Infantil e são destacamos os aspectos que deverão ser priorizados na organização de projetos e de programas para a EI.

A referência que a Nova LDB faz à Educação Infantil pode ser considerada como um grande avanço em relação às legislações anteriores, pois na Lei 5.692/71, apenas se mencionava que “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de

idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância e instituições convenientes”, o que na verdade não garantia uma educação efetiva e de qualidade para as crianças dessa faixa etária. Já na Lei anterior, ainda, Lei 4.024/61, nem se quer foi feita menção alguma sobre o assunto. (SOUZA, 1997).

A Nova LDB incorpora a Educação Infantil como um nível da Educação Básica e no seu artigo 30 determina que o atendimento em creches se destine a crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas desde 4 a 6 anos. Esta divisão por faixa etária vem com a intenção de se superar o estigma que havia quanto ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos, que era feito em creches, em sua maioria de turno integral, com um caráter assistencialista, destinado para crianças pobres. Nestas creches não havia um trabalho educativo, resumindo-se meramente a cuidados, que de certa forma eram feitos como uma espécie de favor para as crianças de classes desfavorecidas.

A partir dessa mudança, segundo Kuhlmann (1999 apud FARIA e PALHARES, p. 55)

A vinculação de creches e pré-escolas ao nosso sistema educacional representa uma conquista do ponto de vista da superação de uma situação administrativa que mantinha um segmento de uma situação educacional específico para os pobres, e segregado do ensino regular, com todo o peso dos preceitos relacionados a isso.

No título IV, que trata da Organização da Educação Nacional, no seu artigo 11, inciso V, menciona a integração de creches e pré-escolas junto aos sistemas municipais de ensino, devendo estes “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental...”(Souza, 1997, p. 25). Mesmo que o atendimento a crianças pequenas não seja prioridade, este nível de ensino está sob a responsabilidade dos municípios. Este aspecto tem sido motivo de preocupações, pois os municípios, muitas vezes, já apresentam dificuldades em manter o Ensino Fundamental, podendo desta maneira não atender adequadamente à demanda da Educação Infantil, a qual exige toda uma estrutura especial que atenda suas reais necessidades. A esse respeito, Nascimento (1999, apud FARIA e PALHARES, p. 109) comenta que

a qualidade de um serviço oferecido à população não se mede pela simples presença de especialistas, mas pela capacidade dos profissionais envolvidos de concretizar modelos pedagógicos adequados, pela presença de estrutura física e arquitetônica que respeite as necessidades das crianças atendidas, por um vasto aparato pedagógico com recursos variados e pelo incentivo à constante reciclagem.

Pode se perceber que para os municípios assumirem a Educação Infantil, é preciso uma boa estrutura em todos os aspectos e isso implica recursos financeiros. Estes, porém, são destinados com prioridade para o ensino fundamental, como menciona a LDB. Em meio a este contexto, a Educação Infantil corre o risco de ficar em segundo plano, já que são os próprios municípios que redistribuem a seu critério o percentual de 25% dos recursos que devem ser destinados à educação, conforme determina a Nova LDB. Isto acaba por ocasionar interpretações errôneas, principalmente no momento em que a Lei diz que os municípios devem priorizar o Ensino Fundamental. Mas isso não significa que a Educação Infantil fique de lado, pois como está no artigo 11, inciso V da LDB/96, este nível de ensino está sob a responsabilidade dos municípios, apesar de não ser dada a mesma ênfase que é para o ensino fundamental. Essa situação acarreta, muitas vezes, problemas de interpretação quanto aos recursos destinados para a Educação Infantil, implicando, assim na diminuição de vagas em creches e pré-escolas da rede municipal de ensino, ou ainda num atendimento inadequado e meramente assistencialista, ficando de lado o trabalho educativo associado aos cuidados.

Mesmo assim, pelo fato da Educação Infantil ser contemplada como um nível da Educação Básica, ela passou a ser objeto de fiscalização e supervisão de órgãos superiores de educação. Este fato a tem sua importância devido à inserção da Educação Infantil na esfera das políticas educacionais, as quais possibilitam a criação de legislações específicas para este nível de ensino, como os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, nos quais são abordadas diversas questões sobre o trabalho com as crianças pequenas e dados os parâmetros que nortearão o mesmo.

Os Referenciais Curriculares Nacionais foram publicados em 1998 e fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação e Desporto, a partir de um debate nacional, do qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças. Este documento representa um avanço na Educação Infantil, ao buscar soluções

educativas para a superação do assistencialismo das creches e da antecipação da escolaridade nas pré-escolas. Sua função seria de “subsidiar a elaboração de políticas de Educação Infantil com vistas à melhoria da qualidade e equalização do atendimento” (Faria e Palhares, 1999, p. 9). Tal função implica vários aspectos do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos. Um destes refere-se à qualificação dos educadores, os quais devem ter conhecimento sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, realizando, assim, um trabalho educativo que integre as diferentes áreas do conhecimento e viabilize para a criança uma formação completa em todos os aspectos de sua vida. (RCNs, 1998)

Outros pontos que os RCNs enfocam são o respeito às pluralidades regionais e a participação efetiva e comprometida dos sujeitos envolvidos no trabalho com as crianças de Educação Infantil na construção do projeto educativo. Outro ponto seria a infra-estrutura adequada para o bom atendimento às crianças e a conciliação sensata do cuidar e do educar.

Embora todos estes aspectos sejam essenciais para a Educação Infantil, o que acaba acontecendo é que a realidade das instituições difere daquela que o documento supõe. Principalmente em relação à formação dos professores e quanto a disponibilidade de espaços físicos adequados para o tipo de trabalho mencionado nos RCNs.

Mesmo com todos estes problemas, as políticas educacionais para a Educação Infantil não estacionaram, pois outros documentos referentes a este nível de educação continuaram sendo elaborados. Um deles é o Parecer Nº 22/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 17 de dezembro de 1998, o qual trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Em seu texto, o documento traz um relatório sobre aspectos negativos da situação da Educação Infantil, como a falta de equilíbrio entre políticas sociais e educacionais e ainda a visão de que a creche seja uma instituição de educação pobre para crianças pobres. Em função de problemas como estes é que as diretrizes determinam a viabilização de recursos, a responsabilidade dos municípios em mantê-la, o cuidado e o educar no âmbito da família e do poder público, entre outros. Estas Diretrizes têm a função de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecendo os paradigmas para a própria concepção de programas de cuidado e de educação com qualidade.

Segundo este documento

Ao elaborar estas Diretrizes a Câmara de Educação Básica além de acolher contribuições prestadas pelo Ministério da Educação e Cultura, através da sua secretaria de Ensino Fundamental e respectiva Coordenadoria de Educação Infantil vem mantendo um amplo diálogo com múltiplos segmentos responsáveis por crianças de 0 a 6 anos na busca da compreensão de seus anseios, dilemas, desafios, visões, expectativas, possibilidades e necessidades das crianças, suas famílias e comunidades.

Estas dificuldades, no momento em que se propõe a discussão e a compreensão dos anseios relativos à Educação Infantil, passam a ser subsídios para que Estados e Municípios qualifiquem suas propostas pedagógicas, tendo assim autonomia para integrar aspectos deste documento ou orientar-se por ele de acordo com as necessidades de cada realidade.

Após este Parecer, entra em vigor a Resolução CNB Nº 1, de 7 de abril de 1999, que segundo seu artigo 1º "...institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil integrantes dos diversos sistemas de ensino". Essa Resolução aplica-se tanto na esfera pública como na particular, atingindo suas propostas pedagógicas, e tendo como princípios norteadores: a autonomia, a responsabilidade dos princípios políticos, dos direitos e dos deveres de cidadania, do exercício da criticidade e da diversidade de manifestações culturais e artísticas. Além destes princípios, o documento também menciona o cuidar e o educar, contemplando aspectos físicos e psíquicos e ainda estratégias de avaliação, estrutura e organização do ensino. Outro ponto interessante do texto desta Resolução é o parágrafo VII do artigo 3º, que fala da necessidade de um ambiente de gestão democrática, por parte dos educadores, para que haja a garantia de direitos básicos da criança e de sua família. Este reconhecimento das Diretrizes da Gestão Democrática como parte integrante do trabalho educativo na Educação Infantil, é um importante passo para a melhoria da qualidade da educação. Mas para que essa qualificação do trabalho aconteça, é necessário tanto que os princípios da Gestão como os demais mencionados sejam colocados em prática no cotidiano das instituições.

Já em relação à formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil e tendo em vista o Parecer CEB/CNE 1/99, é publicada a Resolução CEB Nº 2 de 19 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil, Anos Iniciais, e do Ensino Fundamental em Nível Médio, na

Modalidade Normal. Sendo assim, esses cursos de formação devem abordar os conhecimentos específicos da área de atuação, o que antes não acontecia com a maioria dos profissionais de nível médio que atuavam na Educação Infantil.

No artigo 1º, o parágrafo 1º menciona: “o curso, em função de sua natureza profissional, requer ambiente institucional próprio com organização adequada à identidade da proposta pedagógica”, o qual deverá visar a formação de educadores com competências e conhecimentos gerais e específicos, necessários ao exercício da atividade docente. Enfim, este documento determina os aspectos necessários ao curso de formação em nível médio normal, bem como a sua duração mínima, a sua formação básica comum e demais aspectos que determinam a qualificação destes profissionais.

Outro importante documento educacional, a Lei 10.172 de 02 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE). Este Plano foi aprovado pelo Congresso Nacional e cumpre determinações tanto da Constituição Federal como da LDB, resultando de propostas discutidas na Assembléia Legislativa em meio a grupos hegemônicos. Foi assumido como um compromisso político entre pessoas do governo e entidades educacionais. (PNE, 2001). No que se refere à Educação Infantil, propõe que a sua oferta seja na rede pública, colocando como prioridade as famílias de baixa renda, tornando-se dessa forma, uma necessidade social. Ainda segundo o PNE

A necessidade de atendimento para a Educação Infantil deriva de condições limitadas das famílias trabalhadoras com renda insuficiente para prover meios para o cuidado adequado de seus filhos pequenos e da impossibilidade de adquirirem conhecimento sobre o desenvolvimento infantil.

O documento destaca também o cuidado que se deve ter para que não se ofereça uma educação pobre para crianças pobres. Menciona que, nessa idade, o importante é oferecer uma educação que considere a infância como um período em que as experiências e os estímulos exercem maior influência sobre a inteligência das crianças do que em qualquer outro período.

O PNE propõe algumas metas a serem atingidas durante os 10 anos de sua vigência, entre elas: ampliar a oferta da Educação Infantil (na faixa etária de 0 a 3 anos: 30% em 2005 e 60% em 2010, na faixa de 4 a 6 anos: 60% em 2005 e 80% em 2010). Além de instituir padrões mínimos de infra-estrutura, busca adaptar as

estruturas já existentes, estabelecer programas de formação continuada de professores em serviço, ampliar os cursos de formação de professores de Educação Infantil em nível superior e envolver os profissionais da área na elaboração de projetos pedagógicos. Outro ponto importante que o PNE trata, e que até então estava indefinido, é o financiamento da Educação Infantil, que seria também uma de suas metas. A esse respeito, o documento escreve “assegurar que nos municípios, além de outros recursos municipais, os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento não vinculados ao FUNDEF, sejam aplicados na EI”. Este ponto referente ao funcionamento é uma novidade trazida pelo PNE, já que na LDB/96 não eram definidos recursos e percentuais destinados à Educação Infantil. Metas como estas definidas por este documento, são responsáveis, em boa parte, por significativas contribuições para que haja uma melhoria na qualidade do atendimento para a Educação Infantil. É importante destacar que a partir dessa legislação pode se perceber que foram e estão sendo feitos esforços pelas instituições para que estas determinações do PNE sejam concretizadas, o que só veio a beneficiar o atendimento às crianças pequenas.

Todas as Leis, Pareceres, Resoluções e Planos são de grande valia para a Educação Infantil, mesmo que muitas vezes o que está posto na teoria não seja colocado totalmente em prática. É importante que esforços estejam sendo feitos pela melhoria do atendimento de crianças a 0 a 6 anos, o qual tem sido pensado e discutido com compromisso por educadores da área e pelo poder público. É preciso estarmos conscientes de que esta caminhada rumo à qualidade do atendimento na Educação Infantil é algo que está em construção e acontece aos poucos. Sendo imprescindível lembrar que a continuidade em direção à qualidade depende também de pesquisas na área, do compromisso de todos os envolvidos e da conscientização geral sobre esta fase do desenvolvimento humano. Uma parte desse caminho já foi percorrida, no momento em que o trabalho meramente assistencialista com as crianças pequenas passa a ter um caráter mais educativo, o que é uma evidência do reconhecimento das inúmeras possibilidades de aprendizagem e de descobertas que as crianças vivem neste período.

CAPÍTULO III

GESTÃO ESCOLAR

A Gestão Escolar tem sido uma forma de participação efetiva da comunidade escolar, fazendo com que esta se comprometa com o processo educativo. Mas, se de um lado há uma legislação que institui uma Gestão Democrática e Participativa, de outro estão os resquícios da época da ditadura militar e do modelo de escola tradicional que se refletem em regimentos, em leis, e no próprio modo de gerir a instituição e, ainda, no pensamento de vários educadores. Isso gera um confronto, no momento em que se procura efetivar no âmbito educacional, mudanças em relação à gestão do ensino, o que não deve ser motivo de impedimento para que elas aconteçam.

Desta forma, torna-se relevante o conhecimento de como a gestão educacional funciona e como se articula em meio ao contexto educacional. Para que a gestão se torne uma realidade concreta, é preciso que os educadores se apropriem da concepção de gestão democrática, compreendendo-a como uma ampla participação dos diferentes segmentos da escola nas decisões administrativas e pedagógicas, para após vivenciá-las na sua prática educativa. (PARO,1997)

O uso do termo Gestão vem ao encontro da administração, não como forma de substituição, mas de mudança de paradigma que ganha espaço no contexto educacional, o qual considera o termo administrar correspondente a comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua de maneira distanciada e orientada por uma série de pressupostos burocráticos, o que por si só justifica a mudança do termo administração para Gestão. (LIBÂNEO, 2004)

A Gestão é conceituada por autores que pesquisam o assunto e, dessa maneira nos possibilitam uma visão mais abrangente do que é gestão e de como ela se dinamiza nas instituições escolares. Uma dessas definições é dada por CASTRO que define gestão da seguinte maneira:

(...) seria um ramo da ciência pedagógica que tem como objetivo fundamental proporcionar os conhecimentos necessários dos princípios e

métodos de direção do trabalho escolar; ou seja, revela peculiaridades do sistema de direção da escola: fatores que condicionam o processo da educação ao seu conjunto, dentro e fora da sala de aula e da escola; horário de aula ou extra-classe, em atividades extra-escolares. (1997, p. 159).

Partindo dessa conceituação, primeiramente se reconhece o importante papel da Gestão Escolar por ter a responsabilidade de contribuir de forma completa, envolvendo todos os setores da escola para que estes, juntos, viabilizem a aprendizagem dos alunos. A função dos gestores deve ultrapassar o papel de gerenciar a instituição, devendo assumir um caráter pedagógico, político e cultural, contribuindo, assim, para que a escola possa realmente promover a transformação social, ou seja, modificar as relações de poder em todas as instâncias sociais. (CASTRO, 1997).

Esta busca por transformação social, através da educação, deve ser um fator motivador, para que os gestores estejam cada vez mais comprometidos com a qualidade da educação que se oferece aos alunos. Por isso há a necessidade de que o gestor coloque em prática suas competências profissionais específicas para desenvolver o trabalho educativo baseado em princípios como a cooperação, o diálogo, o comprometimento, a tolerância, a participação, buscando junto aos alunos romper o individualismo, tão presente em nossa sociedade, um dos grandes responsáveis pelas desigualdades sociais.

Observando o cotidiano de nossas escolas, segundo LIMA (1987), a sua organização não proporciona um ambiente favorável para o gestor ser um profissional como foi mencionado anteriormente. Na prática, o que se tem é um espaço escolar organizado de fora para dentro, que não atende, muitas vezes, às necessidades de aprendizagem do aluno, não havendo uma discussão conjunta sobre os objetivos que a escola pretende alcançar, a formação de equipes de trabalho e das próprias práticas educativas que a escola utiliza para alcançar seus objetivos.

De acordo com LIBÂNEO (2004, p.31), “uma escola bem gerida é aquela que favorece e cria condições pedagógicas, didáticas, organizacionais e operacionais, dando boas condições para alunos e professores”. Sob este ponto de vista, a gestão perpassa os aspectos administrativos e burocráticos, atingindo a aprendizagem do aluno e envolvendo todos os membros da escola na participação das tarefas educativas, mesmo que de formas diferenciadas, as quais repercutirão no trabalho

em sala de aula. Desse modo, ainda segundo LIBÂNEO (2004, p. 101) “os processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar caracterizam a ação que denominamos gestão”. Esta ação pode assumir diferentes características, pois tanto pode ser centralizadora, concebida em um modelo técnico-burocrático, ou em uma concepção democrática e participativa, em que a ação ocorre de maneira coletiva.

O modelo democrático-participativo seria o que mais favorece uma gestão efetiva na escola. Nele, todos os envolvidos no processo educacional conhecem as metas e a organização da escola e há uma maior aproximação entre os sujeitos do processo educativo. Para Libâneo (2004), o modelo de gestão democrática possui um sentido que está além da busca de bons resultados na aprendizagem, o qual seria de experimentar formas não-autoritárias de exercício do poder, de intervir nas decisões de organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos educativos.

Que local melhor teriam nossas crianças do que a própria escola para a vivência de uma democracia participativa, pela qual os alunos aprendam, em meio a uma gestão democrática, a ter responsabilidades, direitos, deveres, enfim, exercer a sua cidadania de forma plena, estendendo este aprendizado para a vida adulta em sociedade.

Essa participação coletiva na gestão da escola deve acontecer em meio a um clima de liberdade de expressão, solidariedade, criticidade, respeito à pluralidade de idéias e diálogo entre os vários segmentos da escola. Além disso, também é importante que toda a comunidade escolar assuma, com consciência e comprometimento, uma gestão que garanta a qualidade da educação.

Visando essa qualidade em nossa educação, é que a Gestão Democrática é garantida em nossa Constituição no artigo 206, em que são estabelecidos os princípios básicos da educação, como “a pluralidade de idéias e concepções pedagógicas e a Gestão Democrática do ensino público.” Também a Lei 9.394/96, no seu artigo 15, menciona

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Dessa forma, cabe à comunidade escolar se valer de espaços legais de autonomia escolar na tomada de decisões sobre a instituição. Isto é posto em prática

em termos, na eleição direta para diretores, a participação da construção do Projeto Político Pedagógico, e na constituição de Conselhos Escolares.

Estes aspectos também estão presentes, em nível estadual, na Lei 10.576 de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei 11.695/2001, que institui os preceitos para a educação, são eles: autonomia, livre organização, transparência de gestão, descentralização, valorização profissional e eficiência no uso de recursos. A partir destas diretrizes, fica a cargo dos gestores das escolas efetivarem uma gestão que seja democrática e que vise a promoção da qualidade da educação.

Ao reconhecer o importante papel da Gestão Escolar na concretização da ação educativa como um todo, certamente na Educação infantil, como nos demais níveis, o papel da gestão é fundamental para que se alcancem os objetivos educacionais e se construam propostas educacionais adequadas e que promovam a construção do conhecimento por parte dos alunos, além da conquista e do exercício da cidadania.

CAPÍTULO IV

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

4.1 Surgimento do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo

O surgimento desta instituição parte do atendimento a uma antiga reivindicação de pais, professores e técnicos administrativos da Universidade Federal de Santa Maria. O movimento para a construção dessa instituição teve a sua frente a professora Maria Zulmira Dias Mariano da Rocha, partindo de uma iniciativa pessoal da mesma. O local escolhido para a construção da creche foi no próprio Campus da UFSM e as obras iniciaram no mês de abril de 1973. A primeira doação de material foi feita pelo Centro de Ciências Pedagógicas que contribuiu com 2500 tijolos. A construção do prédio foi interrompida, sendo retomada somente em julho de 1985, durante a gestão do Reitor Armando Valandro (1981 a 1985), sendo concluída no final do mesmo ano. Mesmo com o fim das obras, a creche não iniciou suas atividades.

Então nesse período, segundo a Enfermeira Tokiko Kimura, o movimento pela abertura da creche partiu de um grupo de enfermeiras do Hospital Universitário de Santa Maria, mais precisamente de funcionárias do Centro Materno Infantil, do qual a Enfermeira Tokiko era a coordenadora. Estas funcionárias representadas pela Enfermeira Maria Ione Rocha Lobato, pessoa que tomou frente a esta reivindicação, a qual foi levada até a COPLACOM (Coordenadoria de Assuntos Comunitários). Mais adiante, este órgão seria o responsável por viabilizar a cedência de funcionários de diferentes áreas para trabalharem na creche, os recursos para a sua manutenção, além colaborar diretamente no gerenciamento e na administração da creche, através da sua coordenadora Sandra Eliane Radin.

Em 21 de março de 1989, a Coordenadoria de Assuntos Comunitários (COPLACOM) encaminha ao Conselho Universitário o ofício nº 88, com a proposta de funcionamento e o regimento da Creche Ipê Amarelo, sendo aprovado o seu funcionamento em caráter provisório. A inauguração aconteceu no dia 24 de abril de

1989, no mandato do professor Gilberto Aquino Benetti, com o nome “Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo”, sendo que no Antigo Hospital Universitário, desde 1985, já funcionava o que seria uma extensão da creche denominada “Ipê Roxo”, possuindo uma turma de berçário, duas turmas de maternais e uma turma de pré-escola.

4.2 Gestão da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo: 1989 a 1991

Nesta primeira gestão a UFSM tinha como reitor o Professor Gilberto Aquino Benetti e a frente da direção da creche estava a Enfermeira Maria Ione Rocha Lobato, que era auxiliada também pela Enfermeira Tokiko Kimura, ambas cedidas pelo Hospital Universitário.

No início das atividades da creche Ipê Amarelo, havia uma estrutura administrativa informal e um quadro de funcionários da Universidade, com cedência de 20 horas, que era a chamada Assistência Técnica (equipe de profissionais de diferentes áreas, como Pedagogas, Enfermeiras, Psicólogas, Assistente Social e Fonoaudióloga, as quais coordenavam cada uma o seu setor). De acordo com as informações da enfermeira Tokiko, que participou deste primeiro momento de gestão da creche, este grupo inicial foi responsável por organizar toda a estrutura da instituição, desde os móveis e os utensílios até o material pedagógico das salas. Bem como elaborar as propostas de trabalho a serem desenvolvidas no atendimento às crianças. Mesmo com dificuldades, a Creche Ipê Amarelo iniciou seu funcionamento recebendo, naquela época cerca de 140 crianças de 3 meses a 6 anos, atendendo em dois turnos, sendo que as suas atividades começaram às 6 horas e 45 minutos e se estendiam até as 19 horas e 15 minutos.

Como o número de funcionários cedidos não era suficiente, o atendimento dado às crianças, nesse período inicial, era feito por estagiárias do Curso de Pedagogia e de Enfermagem, as quais recebiam bolsas pela Universidade. As pessoas que trabalhavam na cozinha, na limpeza e na lavanderia eram contratadas pela empresa André Santos, a qual era contratada pela Universidade, através da terceirização de serviços.

A Creche Ipê Amarelo foi vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e à Coordenadoria de Planejamento Comunitário (COPLACOM), sendo estes órgãos os responsáveis pelo seu funcionamento e pela sua manutenção. Sua

estrutura administrativa era formada por um Conselho Administrativo, constituído por representantes da associação de professores e da associação de funcionários, pela diretora da creche, pela coordenadora da Coplacom e por um representante da supervisão técnica, a qual era responsável pela coordenação do atendimento às crianças.

No ano de início das atividades da creche, o reitor da época, professor Gilberto Aquino Benetti, lança a Resolução 0050/89, com a data de 26 de dezembro de 1989. Nesta resolução, institui-se o Programa de Estágio Supervisionado no âmbito da Creche e Pré-escola Ipê Amarelo, o qual visa proporcionar atividades de Extensão e de Ensino à comunidade universitária, sendo oportunizado para as áreas de Educação, Saúde e Psicologia, para candidatos portadores de diploma. Com estes estágios buscava-se suprir a falta de pessoal especializado para atuar na creche, o que dava uma dimensão assistencialista ao trabalho desenvolvido junto às crianças. Este caráter assistencialista devia-se ao número expressivo de profissionais da área da saúde que priorizavam cuidados com saúde, higiene e alimentação.

Ainda no ano de 1989, foi criado um quadro de pessoal chamado “eventual”, profissionais que não eram lotados na UFSM, mas cuja contratação foi necessária para suprir a necessidade de pessoal especializado para o atendimento das crianças. Estes profissionais eram de diferentes áreas, de nível superior, Pedagogas, Enfermeiras, Assistente Social, Fonoaudióloga, Nutricionista, Fisioterapeuta e em nível médio, as atendentes de creche. A creche também contava com estagiários da área da educação e da saúde.

Aos poucos, a creche foi estruturando seu atendimento, buscando um caráter mais educativo do que assistencialista. Para isso, foram elaborados propostas e regimentos que conduziram a Gestão da Instituição.

Segundo a ex-diretora, Professora Hilda Maria de Salles Juchem, do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação, que assumiu a direção da creche no segundo semestre de 1989, o trabalho na creche era muito intenso. Segundo ela “Assumi com o início das atividades, onde tudo precisava ser feito: conduta nos berçários, maternais e pré-escolas. Trabalhávamos em uma equipe multiprofissional, atendendo a todos os níveis e faixa etária de crianças que recebíamos (a partir de 4 meses de idade)”. Ainda, segundo a professora Hilda, a elaboração das propostas e dos regimentos da creche era construída pela equipe

multiprofissional, ou seja, que eram profissionais de diferentes áreas que formavam a Equipe Técnica, que coordenava os trabalhos juntamente com a direção.

Nesta primeira gestão, um dos documentos elaborados juntamente com a PRAE e COPLACOM, foi o “Projeto de Atividades”, em julho de 1990, atingindo a creche do Campus e a que se situava no centro da cidade. A creche que funcionava no centro da cidade era denominada Ipê Roxo e mais tarde Ipê Amarelo II, sendo que a mesma existia desde 1985 e a partir da abertura do Ipê Amarelo em 1989, passou a funcionar como uma extensão do mesmo. Nesse projeto são descritos os recursos humanos disponíveis as suas atribuições, o número e idade de crianças distribuídas em turmas de Berçário I, II e III, Maternal I e II e Pré- escola I e II. O atendimento direto à criança era feito por Pedagogas, por Auxiliares de Creche e por Enfermeiras. Também havia os serviços na área de nutrição, o serviço de pedagogia, de odontopediatria, o serviço social, o fonoaudiologia e a psicologia.

Os pressupostos teóricos desta proposta serviam de guia para o trabalho educativo, e se referem “a produção de conhecimentos, adequados à realidade infantil. Aprendizagem concebida como um processo espontâneo de aquisição, de acordo com o mundo infantil, através da exploração da realidade a qual propicia a construção de conhecimentos seguindo um enfoque sócio-afetivo, cognitivo, simbólico e psicomotor.” Esta proposta também coloca como objetivos proporcionar um ambiente lúdico, que desenvolva aspectos emocionais, físicos, sociais e intelectuais. Como uma forma de se alcançar também estes objetivos, paralelamente eram desenvolvidos projetos de áreas como nutrição, odontologia e psicologia.

Ainda nesta proposta de trabalho, é descrita resumidamente a função de cada serviço prestado na instituição, sendo eles de: pedagogia, odontopediatria, serviço social, fonoaudiologia, psicologia e nutrição.

A seguir, no mês de agosto, foi construído outro documento, denominado: Programa de Acompanhamento Infantil para Crianças de 3 meses e 7 anos incompletos, tendo como responsáveis a Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes e a Psicóloga Shirley Coutinho Pivotto. O que se ressalta neste programa é a valorização da estimulação adequada e o psicomotor. Coloca-se como estratégia operacional a discussão sobre os cuidados com a criança e a avaliação de seu desenvolvimento.

Em março de 1991, uma nova proposta é construída, ainda sob a responsabilidade da Professora Hilda Maria de Salles Junchen, sendo denominada

“Proposta Pedagógica para a Criança Pré-Escolar do Núcleo de Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo I e II”. Segundo esta proposta a creche “não deve ser entendida somente por características assistencialistas, mas como uma instituição educacional, esta menciona no desenvolvimento do trabalho pedagógico voltado para a formação da cidadania, da criticidade, da criatividade e da autonomia”. A abrangência da proposta, além das professoras, envolve também as atendentes, as enfermeiras, a assistente social, o pessoal de apoio (cozinha, limpeza, lavanderia), em um trabalho cooperativo e interpessoal. Em reuniões com as professoras e com a equipe multiprofissional, se discutem temas pertinentes a serem trabalhados, visando uma relação de teorias com a prática educativa, relação essa ampliada através da participação dos professores em palestras, em seminários e em atividades diversificadas.

Esta proposta enfatiza que os conteúdos deveriam ser trabalhados com as crianças através de Temas Geradores, mencionando o seguinte: “Temas Geradores desenvolvidos em todos os níveis aumentam sua complexidade de acordo com cada um deles. Incumbe-se aos professores traçar caminhos junto às crianças, proporcionando contextos estimulantes e desafiadores, respeitando diferentes características do desenvolvimento infantil”. Dentro de cada um dos temas, seriam desenvolvidos objetivos, noções e sugestões de atividades que os contemplariam.

Na avaliação que a professora Hilda faz de sua Gestão, ela se remete a “a um trabalho inovador, desafio constante, crescimento pessoal com profissionais de outras áreas e busca de conhecimento de áreas afins”. Ainda, segundo ela, desde aquela época, o Ipê Amarelo tornou-se um centro educacional dentro da Universidade, sendo muito bem aceito por todos os setores, dos quais sempre recebia colaboração de acordo com as suas necessidades.

Em meio a esta gestão, as propostas começaram a se direcionar para o desenvolvimento de um trabalho mais pedagógico, como uma tentativa de superar o assistencialismo, em que se priorizavam os cuidados com a saúde, a higiene e a alimentação, já que neste período havia a presença de um número significativo de profissionais da área da saúde. Quanto aos seus gestores, estes tiveram a necessidade de intensificar o trabalho em equipe, já que se tratava do período de início das atividades da creche e a equipe de trabalho precisava estar bem articulada e unida para dar andamento às atividades.

4.3 Gestão da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo: 1991 a 1994

A direção da creche estava sob a responsabilidade da assistente social Carmem Regina E. Borges, que assumiu em abril de 1991. Na época, a creche atendia a crianças de 03 meses a 06 anos, em turmas de Berçário I a Pré-Escolar II, totalizando 264 vagas na creche do Campus e 60 vagas na extensão da Creche que funcionava no centro da cidade.

Em julho de 1991, foi elaborado um documento, as “Normas que Regem o Funcionamento da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo”. Essas normas evidenciam mais densamente como se organizava a estrutura da creche para o seu funcionamento. Nelas são definidas as finalidades da instituição, os cuidados quanto à saúde, o desenvolvimento de programas educativos para crianças de 03 meses a 06 anos, oferecendo um campo de estágio para cursos na área de educação e de saúde.

A organização era composta pelos seguintes setores: Conselho Administrativo, Assessoria Técnica, Comissão de Pais, Secretaria de Apoio Administrativo Seção de Saúde e Nutrição e Seção Sócio-Psico-Pedagógica.

Do Conselho Administrativo faziam parte o Diretor, o Coordenador da Coplacon, um representante da Assessoria Técnica, o presidente da Comissão de Pais e um representante do Departamento Pessoal. Este conselho se reunia uma vez por mês e tinha entre suas funções aprovar o Plano de Trabalho do Diretor, formular as diretrizes de atuação da Creche e Pré-Escola, apreciar os regimentos e aprovar os orçamentos.

O diretor da Creche Ipê Amarelo tinha apoio da Assessoria Técnica, composta pelos seguintes profissionais: Pedagogo, Enfermeiro, Médico pediatra, Nutricionista, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Fisioterapeuta e Educador Especial. Juntos ao diretor, estes profissionais se responsabilizavam por determinar e executar medidas que promovessem um funcionamento e atendimento adequado para sua clientela; realizar reuniões para a discussão e busca de soluções de problemas que surgissem, participar da elaboração de Planos de Trabalho e medidas de melhoria que se fizessem necessárias e elaborar formas de articulação com a comunidade universitária.

A Comissão de Pais era composta por um pai representante de cada turma, tendo um presidente e um vice que permaneceriam no cargo por dois anos. Sua função era de acompanhar o desempenho de atividades da creche, zelar pelo cumprimento das normas existentes, bem como atuar juntamente com as demais equipes articulando-se com as mesmas para a solução de problemas.

A Secretaria de Apoio Administrativo era responsável pelo gerenciamento de recursos e seu controle contábil, pelo levantamento de necessidades, pela atualização do registro de patrimônio e outros. Já a Seção Sócio-Psico-Pedagógica tinha como função estabelecer condições para o desenvolvimento psicomotor e integral da criança, através da organização de atividades que atendam as características de cada idade, oferecer atividades variadas de recreação, promover a integração da família e também assessorar os demais setores que necessitassem de seus serviços.

A Seção de Saúde e Nutrição acompanhava o desenvolvimento da criança, promovendo e protegendo sua saúde em relação a cuidados com a alimentação, a higiene e a criação de hábitos saudáveis.

Percebe-se que nesta proposta se detalha a organização da instituição. Nela, pode-se visualizar uma grande descrição de setores, suas funções, os quais, na proposta integral estão mais detalhados ainda. O que é interessante nessa proposta é que ela contém aspectos que evidenciavam como acontecia a organização funcional e, por alguns aspectos presentes como reuniões entre diferentes setores e a necessidade de interação constante entre profissionais de áreas específicas para a construção de Normas e Regimentos para o funcionamento geral da creche, se percebe que havia uma intenção de se realizar um trabalho articulado entre as pessoas que trabalhavam na instituição durante esse período.

Em agosto de 1992, é elaborado outro documento, o Plano Global de Atividades, tendo como responsável pedagógica a Professora Hilda Maria de Salles Juchem. As áreas de atuação deste plano se referem à educação, à saúde, à psico-social, à administrativa e aos serviços gerais. Na concepção deste Plano, a equipe multiprofissional da creche necessitava “de uma linha comum que viabilize e promova as ações educativas, da saúde, psico-social, em um trabalho que atinja a criança de forma integrada”. Sendo que a criança é entendida “como um ser social, que nasce em um determinado meio social, em uma cultura e em um momento histórico e sua compreensão de mundo está relacionada às inter-relações

socioculturais que lhe forem proporcionadas.” Nesse sentido, o trabalho com as crianças deve ser conduzido através de uma linha de ação que promova um ambiente lúdico, desafiador, e que proporcione condições para que elas se relacionem e façam descobertas, que possibilitarão a aquisição de novos conhecimentos. Os princípios norteadores que embasam essas ações no trabalho com as crianças seriam a autonomia, o espírito crítico, criativo, cooperativo e a construção da cidadania. De acordo com a proposta, todos os setores da creche deveriam conduzir seu trabalho de modo a contemplar estes princípios nos planos de trabalho de cada área e juntos cumprirem os objetivos da instituição, tais como: propiciar condições de crescimento saudável: alimentação, recreação, assistência afetiva, estímulos motores e ambiente favorável à capacidade de pensar de cada um, buscando a autonomia da criança e a construção de sua cidadania.

A estrutura organizacional segundo, esta proposta se dividia por áreas, sendo elas: área de educação, enfermagem, nutrição, fonoaudiologia, psico-social, administrativa e de apoio.

Cada área de trabalho deste Plano Global tem suas funções especificadas.

Na área de Educação foram colocadas como algumas metas o reconhecimento do Ipê Amarelo como uma instituição educativa, a reciclagem constante de seus profissionais, a divulgação de seus trabalhos para a comunidade, o planejar e executar atividades pedagógicas. Junto a essas metas, foi elaborada uma proposta pedagógica pela equipe educacional, a qual visa a promoção das necessidades básicas da criança em seus aspectos físicos, emocionais, psicomotores e cognitivos. Juntamente com a equipe multiprofissional, o trabalho pedagógico pretende proporcionar às crianças uma variedade de experiências, a liberdade de expressão, a autonomia, a integração social, o crescimento saudável, a recreação e atividades livres e orientadas. O Plano menciona que os diversos conteúdos a serem trabalhados, como a natureza, os seres sociais, os tipos de comunicação, o mundo em que vivemos, entre outros, ocorram em forma de Temas Geradores. Desta maneira, os conteúdos seriam desenvolvidos em todas as turmas e adaptados a cada nível, respeitando as características individuais e as possibilidades psicomotoras, afetivas e cognitivas de cada criança.

Além do trabalho com os temas geradores, a proposta previa o desenvolvimento de projetos de outras áreas que viriam a complementar e a proporcionar o contato com diferentes tipos de conhecimentos.

Todo desenvolvimento do trabalho pedagógico com as crianças e as diferentes interpretações do mesmo deveriam ser registrados para serem discutidos e avaliados bimestralmente com a equipe técnica da creche.

Quanto à área de Enfermagem, sua função era de planejar e de supervisionar, de avaliar e de prestar assistência à saúde e higiene das crianças, de colaborar com o desenvolvimento de atividades físicas, sócio-afetivas, cognitivas e psicomotoras nas diferentes faixas etárias, responsabilizando-se também pela promoção e orientação em relação a cuidados com a higiene pessoal e com a limpeza das dependências da creche. As profissionais da área de enfermagem trabalhavam diretamente com as crianças nas turmas de berçários e maternais, auxiliadas pelas atendentes, e faziam parte da equipe multiprofissional, devendo participar, colaborar e implantar atividades de estimulação e de crescimento das crianças, também de realizar pesquisas sobre o desenvolvimento das crianças, que serviriam de base para diversas atividades.

O setor de Nutrição tinha como responsabilidade realizar diagnósticos alimentares e nutricionais, determinando a quantidade e qualidade adequadas de nutrientes necessários as necessidades de cada faixa etária das crianças da creche, bem como a elaboração de cardápios. Caberia a este setor também estimular a criação de hábitos alimentares saudáveis através de estratégias elaboradas junto à equipe multiprofissional.

A parte de Fonoaudiologia, segundo seu plano de trabalho, deveria realizar avaliações contínuas, enfocando o desenvolvimento da linguagem, da função auditiva, o desenvolvimento sensório-motor, a psicomotricidade, a articulação, compreensão de sentenças, observação de órgãos fonoarticuladores, através do acompanhamento nos grupos ou individualmente. Outro ponto importante seria a viabilização de trocas de experiências com as demais profissionais da creche, formando agentes multiplicadores de suas ações na instituição.

A área Psico-social assessorava a equipe multiprofissional no que diz respeito aos processos psicológicos da interação criança-escola-família, além de acompanhar o desenvolvimento das crianças, de orientar os pais e a equipe profissional quanto ao desenvolvimento infantil. Já a área social buscava articular e incentivar a criação de grupos de pais para atuar na tomada de decisões junto à direção da instituição, incentivando também a integração entre família e creche.

Outra função dessa área também a avaliação sócio-econômica no processo de seleção dos candidatos a vagas na creche.

A parte Administrativa responsabilizava-se por controlar e executar atividades de apoio, que viabilizassem o funcionamento da creche, por organizar e controlar documentos, por realizar o levantamento de necessidades, como manutenção e controle de materiais indispensáveis ao funcionamento da creche. Quanto ao setor de Apoio, este seria composto por pessoas que trabalhavam na recepção, na cozinha, no lactário, na lavanderia e na limpeza.

Os coordenadores de cada uma dessas áreas formavam a Equipe Técnica que, juntamente com a direção, coordenava todo o andamento das atividades da creche.

Ainda segundo este Plano, a metodologia utilizada para o andamento das atividades seria conduzida por um trabalho pedagógico integrado a projetos das áreas de saúde, psico-social e educação, formando, assim, um trabalho multiprofissional, em que as atividades são planejadas, executadas e avaliadas em conjunto com os profissionais que atuam em sala de aula e nas diferentes equipes de trabalho, visando o desenvolvimento integral das crianças.

A avaliação deste trabalho seria concebida como um processo em que todos os elementos envolvidos e as situações seriam avaliados, favorecendo o surgimento de novos comportamentos. Esta avaliação deveria se estender “às experiências vivenciadas pela equipe multiprofissional, às crianças, aos serviços prestados pela instituição e ainda aos projetos de diferentes áreas desenvolvidos na creche como de fonoaudiologia, odontologia, fisioterapia e enfermagem.”

Este Plano Global demonstra o trabalho realizado por todos os setores que compõe a instituição e salienta uma inter-relação entre os setores, no qual cada um deles fazia parte da Equipe Técnica, a qual era responsável por conduzir todo o trabalho na instituição. Formava-se, assim, um grupo multiprofissional, que unia conhecimento de profissionais de diferentes áreas com a função de prestar um atendimento de qualidade para as crianças da creche.

Em relação ao trabalho desenvolvido nesta gestão, a ex-diretora da época comenta: “Foi um trabalho em equipe, onde desde a pessoa da limpeza até a assessoria técnica, passando pelos educandos, os quais faziam o dia-a-dia da Escola. Acredito que fui uma pessoa que buscava congregar todas essas forças”.

Ela menciona o aspecto do trabalho em equipe como sendo um dos pontos positivos de sua gestão. Outro seria a agilidade com que eram atendidas as necessidades da creche pela Comunidade Universitária, a qual demonstrava um grande apressado pela creche.

Quanto a pontos negativos em sua gestão, a Assistente Social Carmen aponta como principal a situação informal de parte dos funcionários da época, que foram contratados de forma irregular, já que não haviam prestado concurso público para os cargos que ocupavam. Tal condição destes funcionários gerava uma situação de insegurança nas relações com a instituição UFSM e também nas relações internas da creche.

Percebe-se que nesta Gestão as propostas elaboradas evidenciavam mais intensamente a organização funcional da Creche, com a definição de setores e suas funções. Quanto à articulação dos gestores, ela se dava primeiramente entre a direção e os responsáveis por cada setor e posteriormente entre as pessoas responsáveis por estes setores com a sua equipe de trabalho. Situação essa que tanto poderia favorecer o entendimento entre todos os profissionais da Creche, como também provocar o isolamento dos profissionais em seus setores, o que prejudicaria a articulação geral com os demais profissionais.

No que diz respeito ao trabalho pedagógico, ele era desenvolvido também por profissionais da área de educação, que atuavam na coordenação pedagógica e nas salas de aula, onde este trabalho pedagógico permanecia aliado a cuidados com a saúde, a higiene e a alimentação. Este fato caracterizava um certo assistencialismo, reforçado, como na gestão anterior, pela contínua presença de profissionais da área de saúde.

4.4 Gestão do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: 1994 a 1998

No início de 1994, assume a coordenação da gestão do Ipê Amarelo a professora do departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação, Cleuza Maximino de Carvalho Alonso. Esse período de gestão foi marcado por mudanças significativas para a creche.

Até o ano de 1994, os encargos para a manutenção de seu funcionamento provinham da UFSM, os quais eram repassados para a Coplacom, responsável

juntamente com a direção pela aplicação destes recursos. Com a publicação do Decreto Nº 977 de 10 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a modalidade de Assistência Pré-Escolar para servidores públicos, através do qual, os mesmos passariam a receber sobre seus vencimentos uma quantia destinada a cada filho ou filha que o servidor tivesse com idade inferior a 6 anos.

Segundo o que relata a professora Cleuza, com a criação desse recurso, o Tribunal de Contas suspendeu os investimentos diretos da UFSM para a Creche, pois esta situação estaria caracterizando um duplo benefício aos pais que passariam a receber o Auxílio Pré-Escolar. Desta forma, houve a necessidade de se fazer uma reestruturação na instituição, a qual para poder continuar funcionando precisaria que os pais assumissem o repasse financeiro que a Universidade fazia. Só assim seria possível suprir as necessidades de seu funcionamento e pagar as bolsas das estagiárias que atendem as crianças. Esta situação tem prevalecido até o presente momento.

A partir do momento em que é criada a Assistência Pré-Escolar, é elaborado o Plano de Assistência Pré-Escolar da UFSM, em maio de 1994, o qual estabelece mudanças significativas. A Instituição passa a ser denominada Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo (NEIIA), assumindo uma conotação de instituição de ensino. Este Plano mencionava o Núcleo “como um recurso de formação e estruturação da criança, e a Educação Infantil, não mais vista com um caráter assistencialista e compensatório, mas permeando a experiência cultural acumulada pela humanidade que forma a base para edificar a cidadania”.

O documento propõe a organização dos serviços oferecidos às crianças, sendo eles de Assistência Psicopedagógica, Médica e Alimentar.

No que diz respeito à Assistência Psicopedagógica, a proposta de trabalho fundamentava-se em um conjunto concreto de atividades para uma determinada clientela de crianças e a partir de uma base definida de como se realiza a aprendizagem. A linha defendida neste trabalho é o Construtivismo, embasado em Piaget, Vygotsky e Wallon, “(...) valoriza o agir, a ação de resolver problemas. Aprendizagem como resultado da interação entre estruturas de pensamento e do meio social”. Na ação pedagógica se tem presente o contexto sócio-cultural em que o processo educacional se realiza. A metodologia de trabalho consiste na estruturação do espaço, no planejamento do tempo, proporcionando diversas maneiras de exploração e manipulação de objetos de forma estimulante e desafiante

para criança. A avaliação é determinada de maneira global e entendida como um processo permanente, englobando também a auto-avaliação do professor em relação a sua prática na Educação Infantil.

Quanto à Assistência Médica e Alimentar, mencionada pela proposta, ela abrange aspectos ligados a cuidados com a criança, embora não tendo tanta ênfase como nas propostas anteriores. Isso demonstra uma mudança no sentido de não se focar tanto os aspectos relacionados ao cuidado e à saúde, que caracterizavam o trabalho do Núcleo como assistencialista, e se passa a dar mais atenção ao aspecto formador e educativo das crianças atendidas no Ipê Amarelo.

Um ponto importante neste Plano é o Programa de Treinamento para o Pessoal Técnico, o qual tem início na atual gestão. A função deste programa seria capacitar os recursos humanos envolvidos no trabalho direto com as crianças. O treinamento era realizado pela Equipe Pedagógica, periodicamente, através de palestras, de seminários e de cursos que envolvam além dos profissionais, quando necessário, também os pais. Também estavam previstos a elaboração de planejamentos de maneira participativa, envolvendo pais, professores, coordenação pedagógica e direção da escola, bem como sessões de estudo envolvendo todos os segmentos do Núcleo, nas quais eram debatidos temas específicos oriundos da prática diária e da fundamentação teórica utilizada. Este tipo de atividade desenvolvida demonstra preocupação com o envolvimento, o comprometimento e a formação dos profissionais do Núcleo.

Ainda no ano de 1994, a Universidade abre concurso público para 08 cargos de recreacionista e 03 de pedagogo. Estes profissionais viriam para substituir os cargos ocupados por profissionais contratados em caráter eventual, os quais estavam presentes em todos os setores do Núcleo.

A partir do momento em que os profissionais “eventuais” tiveram que sair para dar lugar aos funcionários concursados, houveram mudanças na estrutura do Ipê Amarelo. As turmas que atendiam crianças de 4 meses à 1 ano e de 6 à 7 anos ficaram inviabilizadas, em virtude da saída das profissionais eventuais e de enfermeiras do HUSM. Esta situação levou ao fechamento da extensão da creche que funcionava no antigo Hospital Universitário, no centro da cidade, e as crianças que freqüentavam o Ipê Roxo passaram a ser atendidas no Ipê Amarelo. Uma grande quantidade de crianças desistiu das vagas, o que ocasionou uma diminuição

no número de crianças atendidas, que na época era de 250 e passou a 104 crianças.

As vagas criadas através do concurso não suprimiram a necessidade de profissionais para atender as crianças e foram contratados bolsistas dos cursos de Pedagogia Pré-Escola e Séries Iniciais, Educação Especial, Artes e outros. Estes bolsistas realizavam estágios em convênio com a PRAE e CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

Já no final de desse ano, de acordo com a Lei 8958, de 20 de dezembro de 1994, é contratada a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência-FATEC, a qual passa a ser a responsável pela contratação de bolsistas e demais profissionais que não foram contemplados pelo concurso público, como cozinheiras, copeiras, pessoal da lavanderia e limpeza em geral.

No ano de 1996 a atual diretora, professora Cleuza, passou a atuar na supervisão do NEIIA, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, como Pró-Reitora Adjunta, pois o Núcleo era vinculado a este órgão da Universidade. Desta forma assume como diretora a coordenadora pedagógica e professora do departamento de Metodologia do Ensino, Professora Marta Maria Beher Dalla Porta.

Após este período de reorganização, em 1997, outra proposta para o NEIIA é construída, tendo como responsáveis as professoras Martha Maria Beher Dalla Porta, Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, Santa Marli Pires Santos, e Dulce Regina Mesquita da Cruz. Os órgãos envolvidos são a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o NEIIA, o Núcleo de Desenvolvimento Infantil do Centro de Educação e a Comissão Pré-Escolar. Esta última comissão é de responsabilidade da Coplacom, da PRAE e do Centro de Educação, através do Departamento de Metodologia do Ensino, composta pela Professora Martha Maria Beher Dalla Porta e pela representante da Coplacom, Sandra Eliane Radin.

Na concepção pedagógica desta proposta, a preocupação central seria “transformar no processo de ensino, as funções cognitivas elementares, de origem natural, em funções cognitivas superiores, ou seja, de origem sócio-cultural, onde se realiza a incorporação da cultura e a individuação”. Merece destaque o caráter de intencionalidade e de provisoriedade desta proposta, na qual as questões principais que se referem Educação Infantil e às estratégias de sua produção devem ser entendidas “como um processo inacabado e sempre em construção e reconstrução”, havendo, assim, possibilidades de produção de novos conhecimentos.

Um diferencial desta proposta é a garantia de acesso às crianças portadoras de necessidades especiais, as quais deveriam estar integradas em turmas normais, recebendo um acompanhamento de acordo com as necessidades dessa criança.

Nessa proposta também são utilizados os Temas Geradores para a viabilização de diversos conhecimentos, sendo eles especificados em: A Criança, A Família e a Comunidade, As Profissões, Os Animais, Os Meios de Transporte e Os Meios de Comunicação. O trabalho com estes temas permitiria a articulação e o estudo de temas pertinentes à vida da criança. As atividades seriam realizadas em torno de um assunto, o qual deveria ser do interesse da criança e desenvolvido de uma forma desafiadora, flexível e participativa.

São mencionados também projetos especiais que integram o currículo, tais como: Brinquedoteca, Arte e Educação, Ações Comunitárias e Comemorações de datas significativas. A capacitação docente também é enfocada neste momento, sendo vista como um processo de construção e de promoção de conhecimentos. Já a avaliação é entendida em dois níveis de desenvolvimento, o global e a auto-avaliação do professor.

Segundo a avaliação da professora Marta, a gestão vivenciada por ela e pela professora Cleuza foi um período de muitos desafios, “havia muitos problemas a serem resolvidos, tais como buscar a compreensão dos pais em relação ao fechamento da creche por um dia para a realização de capacitação dos profissionais e a participação dos mesmos em reuniões para discussão sobre o trabalho desenvolvido no Núcleo”.

Ainda segundo a professora Marta, pontos positivos que também se destacariam nesta gestão seriam a ampliação do campo de estágio para as alunas do curso de Pedagogia Pré-Escola realizarem seus estágios curriculares na instituição, bem como a integração com outras áreas através de projetos, como odontologia, artes plásticas, fonoaudiologia, as quais contribuiriam e enriqueceriam o trabalho desenvolvido com as crianças.

Esta época foi marcada por mudanças significativas, tanto na organização estrutural como em relação ao trabalho desenvolvido junto às crianças. Com a saída dos profissionais “eventuais”, provindos da área da saúde e da educação, foi necessária uma readaptação às novas condições. Resultando na diminuição das vagas oferecidas e na substituição de enfermeiras por bolsistas dos cursos ligados à educação, o que trouxe mudanças em relação ao trabalho desenvolvido

anteriormente. A direção que assumiu neste período, composta por pessoas ligadas ao Centro de Educação, também possibilitou o desenvolvimento de um trabalho pedagógico mais intenso, buscando superar o caráter de creche assistencialista, para uma caracterização de núcleo educacional. Para a promoção destas mudanças, foram elaboradas novas propostas pedagógicas, houve a adoção de novas metodologias, o desenvolvimento de projetos de diferentes áreas e a capacitação profissional. Com relação à articulação dos gestores, ocorreram algumas mudanças, no sentido de que se buscou uma capacitação para todos os profissionais envolvidos no trabalho com as crianças, o que implicou em um maior comprometimento com a qualidade do trabalho desenvolvido junto aos alunos.

4.5 Gestão do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: 1998 a 2002

A partir de 1998, há uma nova troca na coordenação do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo. A diretora que assumiu foi a Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes. Junto com a nova direção o Ipê Amarelo passou por uma nova mudança. Antes vinculado a COPLACOM e PRAE, sua estrutura organizacional passou a ser de responsabilidade da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRRH). Em virtude também desta mudança, a direção e o pessoal lotado no Núcleo realizaram estudos para a construção de um novo plano de trabalho, o qual foi concluído no mesmo ano e denominado “Proposta Pedagógica para a Educação Infantil.”

A construção desta proposta, segundo a diretora da época, foi feita pela direção, pela coordenação pedagógica, pela parte administrativa e juntamente com outros setores. Sendo resultado do trabalho e da discussão com o pessoal envolvido na educação das crianças dentro do NEIIA, buscando-se contemplar anseios e indagações das professoras no sentido de enriquecer o trabalho com a Educação Infantil, o qual é viabilizado através de constantes estudo e aperfeiçoamento.

Este trabalho teve por base para sua elaboração o contexto histórico-social e cultural em que a criança está inserida, fundamentando seu trabalho na concepção de homem, sociedade, criança e aprendizagem, embasando-se nas idéias de educadores como Paulo Freire e Vygotsky. Ressaltava-se “a importância da criança como ser histórico-social e cultural que deve ser valorizado para que se possa construir uma educação realmente comprometida e que busque a formação de cidadãos autênticos, com espírito crítico e autonomia para tomar decisões”.

A proposta enfatiza a importância da linguagem para o desenvolvimento da criança, tendo as funções mentais superiores como viabilizadoras da capacidade para resolver problemas. Outro ponto destacado seria a necessidade da criação de um ambiente onde todas as crianças tenham possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem.

São considerados também na sua construção as necessidades e os objetivos da Educação Infantil, de acordo com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil lançados em 1998. Destes Referenciais são provenientes as áreas de atuação sugeridas na proposta, sendo elas o Desenvolvimento Sócio-Afetivo, o Brincar, o Movimento, as Áreas de Conhecimento Lógico-Matemático, de Artes, e de Conhecimento de Mundo.

Em relação ao planejamento das atividades e metodologias, estas passariam a ser desenvolvidas não mais pelos Temas Geradores, mas através de Projetos Pedagógicos, pelos quais “se obtém o desenvolvimento integrado das diferentes áreas de conhecimento, levando em consideração assuntos que sejam significativos para as crianças, promovendo a articulação entre conhecimento científico e realidade espontânea.”

Quanto à organização do tempo e do espaço, esta se dava através de Atividades Permanentes, as quais integrariam as necessidades básicas de cuidado, higiene e prazer. Essas atividades seriam: roda de conversa, brincadeiras livres, roda de histórias, oficinas (artes, música, computação, inglês) e avaliação da criança sobre a aula.

No que se refere à avaliação na Educação Infantil, a proposta a descreve como uma ação didática constante, realizada através de registros individuais e das turmas, através dos quais se definirão objetivos, planejamento, seleção de conteúdos, materiais, entre outros. Na avaliação final dos trabalhos, o educador constataria como foi seu trabalho e se suas metas foram atingidas, além da possibilidade de observar se houve qualidade na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

Para a implantação desta proposta e seu funcionamento, os profissionais que fazem parte do Núcleo, Pedagogos, Recreacionistas, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Assistente Administrativo e Bolsistas da área da Educação, devem juntos visar o desenvolvimento integral da criança e suas potencialidades, trabalhando de acordo com o que determina esta proposta. Devendo também atuar em Projetos Especiais

do Núcleo, entre eles a Brinquedoteca, o Projeto de Nutrição, a Oficina de Computação, de Artes e o Serviço de Fonoaudiologia.

Como os resultados esperados estavam relacionados à ampliação dos serviços do NEIIA, à melhoria do perfil profissional, viabilização de estágios, a tornar ágil a execução de recursos orçamentários e financeiros do Núcleo.

A proposta apresentada serviu de base para o desenvolvimento de todo o trabalho educativo desta gestão. Mesmo após a conclusão de sua elaboração, continuaram sendo feitos estudos sobre as teorias que embasaram a fundamentação da proposta em vigor e sobre as legislações referentes à Educação Infantil da época, como os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (1998). Sob esta perspectiva é elaborada em agosto de 2000, pela coordenadora pedagógica Vânia Maria Almeida da Silva, uma proposta pedagógica denominada “A Educação Infantil Numa Concepção Sócio-Interacionista”, a qual se propõe a construir um novo programa de ação para a Educação Infantil do NEIIA, a partir dos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil. Sua fundamentação está dentro de uma concepção de homem sociedade, criança, desenvolvimento e aprendizagem comprometida com a prática social e cultural em que as crianças estão inseridas, tendo como base teórica autores como Vygotsky, Piaget e Paulo Freire. Segundo este documento, tem-se como objetivo a melhoria da qualidade do trabalho com a Educação Infantil, no desenvolvimento da auto-imagem, das relações sociais, da autonomia e da auto-crítica.

No que diz respeito a recursos financeiros e à estrutura organizacional, que mantém o funcionamento do Núcleo, havia algumas dificuldades quanto ao seu gerenciamento. Em virtude dessa situação, a direção, juntamente com a Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor (CQVS) ligada a PRRH, elegem a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), que já prestava serviços ao Núcleo, para que a mesma fosse o órgão mantenedor das atividades. O gerenciamento da instituição seria feito mediante repasse da receita arrecadada do Auxílio Pré-escolar e da contribuição dos pais. Esta medida segundo a proposta, foi tomada visando a manutenção do funcionamento das atividades e a melhoria do gerenciamento de recursos financeiros e humanos do Núcleo.

Ainda nesta gestão, para o melhor andamento das atividades, foi organizada uma Coordenadoria Executiva com a seguinte composição: um Responsável pela Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor, o Diretor do Núcleo, um

representante dos pais, um representante dos funcionários e um representante da FATEC. Sendo que esta Comissão deveria se reunir pelo menos a cada três meses, colocando em discussão o andamento das atividades do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo.

Sobre este período de gestão, a ex-diretora Anna avalia como positivo o retorno favorável que as crianças davam em relação ao trabalho que era desenvolvido. Ainda segundo ela, “..trabalhava-se muito em grupo, todo mundo pegava junto ... foi bem positivo só que era bastante trabalhoso, tínhamos bastante atividades.”

Nesta gestão não houve mudanças na estrutura organizacional, mas sim em relação a propostas que foram sendo reelaboradas, através de novos enfoques e bases teóricas sobre desenvolvimento infantil. Houve alterações no que diz respeito ao planejamento de atividades e metodologias, contemplando as exigências da legislação vigente sobre a Educação Infantil, como é o caso, neste período, das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, que foram contempladas na proposta pedagógica, através do envolvimento no trabalho de diferentes áreas do conhecimento. Quanto à gestão do Ipê Amarelo, ela ocorria através da articulação entre a direção e a coordenação pedagógica com os demais profissionais do Núcleo, através de reuniões de avaliação do trabalho e encontros de capacitação que visavam a melhoria do trabalho educativo com as crianças.

4.6 Gestão do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: 2002 a 2006

No ano de 2002, uma nova gestão tem início no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, assumindo como diretora a Pedagoga Vânia Maria Almeida da Silva e como vice –diretora, Anna Helena Pereira Bernardes.

A partir de outubro, foi desenvolvido na instituição um novo projeto, “Educação Infantil Ipê Amarelo”. Nesta nova proposta pretendia-se desenvolver um projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovido pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), órgão Suplementar e de apoio do Centro de Educação da UFSM. Este trabalho teria como beneficiários as crianças de 0 a 6 anos e os acadêmicos do Centro de Educação, sendo sua coordenadora a professora do Centro de Educação e responsável pelo NDI Cleuza

Maria Maximino Carvalho. Os objetivos deste trabalho seriam “possibilitar o desenvolvimento integral da criança, manter um caráter interdisciplinar do NDI com o Núcleo Ipê Amarelo, para que o mesmo servisse de suporte às disciplinas do curso de Pedagogia e de Educação Especial”. No projeto estão presentes concepções filosóficas, educacionais e políticas que visavam atender de maneira ampla a necessidade de crianças pequenas, focalizando também a aprendizagem, o cuidado e a socialização.

Desta forma, com este projeto, pretendia-se melhorar o atendimento para as crianças de 0 a 6 anos e as vivências de práticas educativas para os alunos do CE.

Todo o gerenciamento do Núcleo se daria em função deste projeto que seria operacionalizado pela FATEC, mediante o aporte financeiro que havia para a Instituição, ou seja, o Auxílio Pré-Escolar e a contribuição dos pais. A aplicação dos recursos destinar-se-ia a viabilizar os objetivos do projeto, devendo a FATEC “contratar bolsistas e pessoal de apoio, orientar e oferecer condições para a execução do projeto, manter a estrutura operacional e fiscal, fornecer demonstrativos financeiros e efetuar o pagamento de serviços”. Quanto a UFSM, caberia a supervisão e o acompanhamento das atividades específicas do projeto e fornecer a infra-estrutura de espaço físico, as instalações e os equipamentos necessários para a sua execução.

Ainda neste ano, por motivo de uma auditoria feita na Universidade, segundo o que relata a diretora Vânia “O Tribunal de contas questionou o fato deste projeto estar ligado a PRRH, foi solicitada uma reunião com Pró-Reitor de Recursos Humanos onde colocamos a situação da creche e o que poderíamos fazer. (...) sugeri que a PRRH contatasse com a professora Cleuza, a professora que eu conhecia no Centro de Educação, para que com eles fosse feita uma articulação, para que a creche continuasse a existir dentro da Universidade”.

Segundo informações da diretora Vânia, a instituição passava por um momento crítico. Havia inclusive a possibilidade de sua extinção. Para então regularizar toda esta situação, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos passou a mobilizar-se para que a estrutura do Núcleo fosse transferida para o Centro de Educação.

Em 16 de dezembro de 2002, foi aprovado pelo Conselho Universitário a Resolução Nº 12/2002, do Gabinete do Reitor que, em seu Artigo 1º menciona: “extingue o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo da estrutura organizacional da

Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e transferir sua infra-estrutura para o Centro de Educação onde suas atividades seriam desenvolvidas na forma de um projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão”, determinado, em seu artigo 9º, parágrafo 3º, a apresentação, por parte de sua coordenação, de uma Proposta Didático/Pedagógica a ser implantada, a fim de que o NEIIA se credencie como um núcleo educacional. Também deveria fazer parte da elaboração dessa proposta uma comissão formada por representantes dos pais de usuários do Núcleo, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e do Centro de Educação.

Quando ocorreu a transferência do NEIIA da PRRH para o Centro de Educação, uma das principais mudanças, segundo a atual gestão, foi a da visão assistencialista que se tinha sobre o Núcleo, para uma visão mais educacional, a partir do momento em que passa a ser vinculado a um centro de ensino. Outro aspecto significativo é que os profissionais do Ipê Amarelo passam a ser incluídos no Centro de Educação, possuindo uma representação e articulação com este. Esta maior articulação permitiu que houvesse também uma maior procura por parte das acadêmicas do curso de Pedagogia Pré-escolar para realizarem seus pré-estágios e os estágios curriculares, além também do desenvolvimento de estágios e projetos de outras áreas, como artes, música, educação física, fonoaudiologia. Isso contribuiu para que houvesse uma melhoria no trabalho pedagógico desenvolvido juntos às crianças.

A partir dessa Resolução surgia a necessidade da elaboração de uma Proposta Didático/Pedagógica que como foi mencionado anteriormente possibilitaria o reconhecimento do NEIIA como um núcleo educacional de Educação Infantil. Para isso, a denominação dessa proposta foi feita de acordo com as diretrizes legais da nossa educação, que no caso seria Projeto Político Pedagógico.

Mesmo assim, frente à Universidade o Núcleo continuou sendo um projeto de ensino, Pesquisa e Extensão, tendo como coordenadora a professora Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, responsável pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil do Centro de Educação. Juntamente com a professora Cleuza participaram da elaboração do a Diretora do Núcleo, a Pedagoga Vânia Maria Almeida da Silva, a Vice-diretora e Fonoaudióloga Anna Helena Pereira Bernardes, as Coordenadoras Pedagógicas Ana Rúbia Teixeira e Cleusa Salete Liberalesso e a assistente administrativa Verônica Ventorini Horvath.

Segundo informações da diretora Vânia “desde que foi construída a Proposta Político Pedagógica, procuramos envolver as pessoas que trabalham no Núcleo, visando tanto a qualidade de atendimento, quanto a educação das crianças, visando a qualificação dos profissionais que estavam envolvidos diretamente com as crianças”. Projetos e propostas pedagógicas já vinham sendo desenvolvidos anteriormente, sendo que a atual proposta pedagógica foi adequada à nova situação, sendo mais ampliada e detalhada, descrevendo a estrutura física, pessoal e os aspectos ligados às necessidades da Educação Infantil, além do acréscimo da parte filosófica.

O projeto coloca como seus beneficiários as crianças de 0 a 6 anos, filhos de servidores da UFSM e os acadêmicos da Pedagogia Pré-escola e Séries Iniciais, Educação Especial e demais licenciaturas da UFSM, que queiram desenvolver projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando práticas pedagógicas desses acadêmicos nesta instituição.

Os objetivos se referem ao desenvolvimento integral da criança, completando a ação da família e da comunidade, a proporcionar o desenvolvimento e a aquisição de conhecimentos para a construção da autonomia, da cooperação e da ação crítica, desenvolvendo projetos que garantam a construção de conhecimentos e atividades integradas entre a Universidade e a comunidade, a oportunizar práticas pedagógicas para os acadêmicos do CE e demais licenciaturas, além desenvolver um currículo que considere as características específicas da Educação Infantil, proporcionando conhecimentos de diferentes áreas.

Mencionam-se também a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, tendo seu pressuposto epistemológico em uma abordagem pedagógica inclusiva.

O Projeto Político Pedagógico fundamenta-se em princípios filosóficos, educacionais e políticos, direcionados para uma ação pedagógica que contemple as necessidades das crianças e de suas famílias, tendo característica “como a universalidade, flexibilidade, multifuncionalidade e alta qualidade de seus serviços envolvendo a aprendizagem, o cuidado, a socialização, a saúde, o apoio e a visão de infância”.

Tendo em vista a fundamentação da proposta e seus princípios a organização das turmas é feita por idade e/ou desenvolvimento sócio-cognitivo; as diversas áreas do conhecimento são trabalhadas através de projetos específicos e de atividades

permanentes; a formação continuada da equipe de trabalho, através de cursos de extensão, seminários, oficinas e da realização de cursos de pós-graduação.

A organização dos conteúdos engloba as áreas do desenvolvimento da criança, indicadas pelos RCNs, sendo elas: a Área de Desenvolvimento Sócio-Afetivo, que envolve o cuidar, o brincar e o educar; as Áreas de Conhecimento, que contemplam a linguagem escrita e oral, a matemática, as artes plásticas, a música e corporal, as ciências físicas, naturais e humanas e o movimento.

A metodologia para o desenvolvimento destes conteúdos, dos pressupostos teóricos que embasam a proposta pedagógica, bem como o contexto sócio-cultural da criança, é viabilizada através de Projetos Pedagógicos, que propiciam um trabalho integrado com diferentes áreas do conhecimento e levam em consideração assuntos que sejam significativos para as crianças, articulando o conhecimento científico com a realidade espontânea das crianças.

Já em relação à organização do tempo e do espaço, são realizadas Atividades Permanentes como: roda de conversa, brincadeiras livres, rodas de histórias, oficinas (arte, música, computação, brinquedoteca), avaliação das crianças sobre a aula.

No que diz respeito à Avaliação do trabalho educativo, ela é entendida como um momento de sistematização do que foi trabalhado e serve de orientação para o desenvolvimento de outras atividades e melhora do desempenho e da aprendizagem dos alunos. A avaliação é feita continuamente tanto em relação ao trabalho junto à Educação Infantil, quanto à própria prática do professor, para que ele reflita sobre a mesma. O instrumento usado nesse processo é o registro dos progressos, dos avanços individuais e da turma em geral bem como da atuação do próprio professor, em forma de uma auto-avaliação constante.

Outro ponto mencionado no projeto, que merece destaque, é que o trabalho educativo deve acontecer de maneira integrada e participativa, envolvendo a própria equipe de professores, os funcionários de apoio, os alunos e suas famílias.

Para na efetivação da Proposta Pedagógica, a atual gestão ampliou a estrutura da Brinquedoteca, proporcionando um espaço lúdico, contemplando o brincar da criança, que é um dos conteúdos da Proposta; houve acréscimo de uma professora permanente de Educação Física no quadro pessoal; realizou-se a ampliação da sala de informática; e buscou-se junto aos pais um maior repasse na contribuição financeira para o Núcleo, o que possibilitou a contratação de mais duas

professoras fixas e uma técnica em enfermagem, e a realização de melhorias na estrutura física e aquisição de materiais.

Nesta gestão, a passagem do NEIIA da PRRH para o Centro de Educação foi responsável por uma reestruturação do Núcleo para ser reconhecido como uma instituição educativa. Para isso, a instituição precisou adaptar suas propostas de trabalho de acordo com as determinações legais de uma escola, o que colaborou mais ainda para a concretização de um trabalho voltado ao educar, aliado ao cuidado. Houve também uma aproximação maior com a comunidade universitária, através do desenvolvimento de projetos educacionais de diferentes áreas e da realização de estágios curriculares no Núcleo.

A gestão da instituição também precisou se adaptar, identificando-se cada vez mais com o perfil da organização de uma escola, momento em que seu Projeto Político Pedagógico determina o envolvimento intenso de todos os profissionais do NEIIA, a direção, a coordenação pedagógica, as professoras, os funcionários e os familiares para que juntos participem da elaboração de propostas pedagógicas, da avaliação do trabalho desenvolvido juntos aos alunos e que estejam comprometidos com a educação dos mesmos.

Quadro Demonstrativo das Gestões do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo

Período	Reitor	Gestora responsável	Turmas	Faixa etária atendida	Nº de crianças (aproximadamente)	Profissionais
1989 a 1991	Gilberto Aquino Benetti	Maria Ione Rocha Lobato (1º semestre de 1989) e Hilda Maria de Salles Juchem (2º semestre de 1989 a 1991)	Bercário I, II e III, Maternal I e II, e Pré-escola I e II.	3 meses a 6 anos	228	Pedagogas, Enfermeiras, Auxiliares de Creche, Nutricionista, Fonoaudióloga, Assistente Social, Psicóloga, Fisioterapeuta, Bolsistas Estagiárias da área da saúde e educação, Assistente Administrativo e pessoal de apoio
1991 a 1994	Tabajara Gaúcho da Costa	Carmem Regina E. Borges.	Bercário I, II e III, Maternal I e II e Pré-escola I e II.	3 meses a 7 anos incompletos.	324	Pedagogas, Enfermeiras, Auxiliares de Creche, Nutricionista, Fonoaudióloga, Assistente Social, Psicóloga, Fisioterapeuta, Bolsistas estagiárias da área da saúde e educação, assistente administrativo e pessoal de apoio.
1994 a 1998	Odilon Antônio Marcuzzo do Canto	Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso (1994 a 1996) e Marta Maria Beher Dalla Porta (1996 a 1998)	Bercário I, Maternal I e II e Pré-escola I e II.	1 ano a 7 anos incompletos.	104	Pedagogas, Recreacionistas, Enfermeiras, Nutricionista, Fonoaudióloga, Bolsistas estagiárias da área da saúde e educação e pessoal de apoio.
1998 a 2002	Paulo Jorge Sarkis	Anna Helena Pereira Bernardes	Bercário I, Maternal I e II e Pré-escola I e II.	1 ano a 7 anos incompletos.	180	Pedagogas, Recreacionistas, Enfermeiras, Nutricionista, Fonoaudióloga, Bolsistas Estagiárias da educação e pessoal de apoio.
2002 a 2006	Paulo Jorge Sarkis	Coordenadora Geral Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso, diretora Vânia Maria Almeida da Silva	Bercário I, Maternal I e II e Pré-escola I e II.	1 ano a 6 anos.	150	Pedagogas, Enfermeiras, Nutricionista, Fonoaudióloga, Professora de Educação Física, Bolsistas estagiárias da área da educação e pessoal de apoio.

CAPÍTULO V

ATUAL ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO

Neste ano, em 24 de abril, o NEIIA completou 17 anos de existência, prestando atendimento para crianças de 0 a 6 anos, filhos de servidores da Universidade Federal de Santa Maria.

Sua atual organização está detalhada no seu “Projeto Político Pedagógico”, elaborado em agosto de 2003. A proposta tem como executores o próprio NEIIA e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, NDI/CE.

A instituição tem como objetivo principal o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, ampliando suas experiências e estimulando seu interesse pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza da sociedade. É objetivo principal também proporcionar práticas pedagógicas, através de estágios e do desenvolvimento de projetos aos acadêmicos da área de educação.

O NEIIA mantém seu funcionamento através de recursos financeiros provenientes de contribuições dos pais ou responsáveis, recursos esses que são gerenciados pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência, FATEC, desde 1994. Estes recursos são utilizados na aquisição de material de consumo, de equipamentos, de material permanente e no pagamento de serviços de terceiros. A responsabilidade da Fundação é de contratar bolsistas e pessoal de apoio, orientar e oferecer condições para execução do projeto, manter a estrutura operacional, fornecer à UFSM demonstrativos financeiros mensais e efetuar pagamentos dos serviços prestados nas condições previstas no projeto. A cargo da UFSM fica a supervisão e o acompanhamento das atividades específicas do projeto, o fornecimento de infra-estrutura, instalações e os equipamentos necessários à execução do projeto.

Quanto ao seu funcionamento, o Núcleo atende as crianças de janeiro a dezembro ininterruptamente, com uma carga horária diária de 06 a 08 horas, dependendo da opção da família por um turno único ou integral, sendo que este

último é oferecido somente para crianças de 0 a 3 anos de idade. As férias das crianças deverão ser no período correspondente ao dos pais ou responsáveis.

A organização das turmas é feita tomando-se como referência a faixa etária e/ou o desenvolvimento sócio-cognitivo da criança e um número máximo de crianças em cada grupo. As turmas estão organizadas da seguinte maneira: 15 crianças no Berçário (1 a 2 anos), 15 crianças no Maternal I (2 a 3 anos), 18 crianças no Maternal II (3 a 4 anos), 20 crianças na Pré-escola I (4 a 5 anos) e 25 crianças na Pré-escola II (5 a 6 anos). Cada uma possui sua sala, a qual possui um espaço amplo onde a turma junto com a professora avalia e organiza o espaço de forma que sejam valorizadas e socializadas as produções dos alunos, além de propiciar ações voltadas para o desenvolvimento motor, para a formação do imaginário e do conceito de identidade da criança. Cada sala de aula possui jogos de faz-de-conta, cantos organizados para brincar, canto de leitura com tapete e livros, jogos de construção, quebra-cabeça, baralhos, memória, classificação, entre outros.

A estrutura física no NEIIA, composta por uma área construída de 440 metros quadrados, possui vários espaços que contribuem para a concretização dessa Proposta Pedagógica.

A área externa do NEIIA proporciona o contato com a natureza, o lazer, a psicomotricidade e a liberdade de brincar, correr e exercitar-se. Possui um pátio interno com areia e brinquedos, ligado diretamente às salas de aula, e um pátio externo com pracinha de brinquedos, vegetação com campinho onde, além da recreação são realizadas as aulas de Educação Física. O Núcleo também pode contar com o espaço da Universidade para a realização de passeios e demais atividades que promovam a interação da criança com o universo cultural e interativo com seus pais e com a comunidade acadêmica.

A área interna possui várias dependências, entre elas: sala da direção, 05 salas de aula, secretaria, portaria, sala de fonoaudiologia, sala de computação, sala da Educação Física, brinquedoteca, almoxarifado, refeitório infantil, refeitório dos funcionários e professores, cozinha, lactário, almoxarifado da nutrição, sala de vídeo, instalações sanitárias, lavanderia.

Compõe os recursos humanos do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, a Direção e Vice-direção, a Secretária de Apoio Administrativo, a coordenação Pedagógica, o Corpo Docente e o Pessoal de Apoio.

A direção do Núcleo possui a competência de supervisionar todas as atividades da instituição, exercendo para isso mandato em tempo integral e dedicação integral. A nomeação é feita pela direção do Centro de Educação, pelo período de 4 anos.

A coordenação pedagógica coordena, supervisiona e avalia as necessidades pedagógicas de acordo com a Proposta Político Pedagógica do Núcleo.

Já o Corpo Docente é constituído por professores regentes recreacionistas, estagiários do curso Pedagogia Habilitação Pré-escola, e o pessoal de apoio composto por professores auxiliares, sendo eles bolsistas de demais cursos de licenciatura da UFSM. Esses profissionais atuam diretamente com as crianças e são responsáveis pelas práticas pedagógicas nas turmas.

Terão acesso ao NEIIA os filhos de todos os servidores-docentes e técnicos administrativos- mediante a publicação interna de edital, no qual constará o número de vagas. A seleção será feita por meio de um sorteio público respeitando uma proporcionalidade entre docentes, técnicos administrativos e, a partir de 2005, também de alunos da UFSM. A capacidade de vagas no Núcleo é de 186, divididas entre manhã e tarde.

O horário de funcionamento do NEIIA é das 06h45min às 19h15min, de segunda a sexta-feira. O horário de entrada e saída das crianças por turno será de 7h às 13h e à tarde das 13h às 19h.

No Núcleo é oferecido à criança um ambiente adequado à educação e à socialização, uma alimentação orientada por nutricionista (manhã: colocação e almoço, tarde: lanche e janta), uma orientação e prevenção à saúde e uma avaliação sistemática pela equipe pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar o desenvolvimento do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, procurando identificar as transformações ocorridas durante as sucessivas gestões e verificar como os gestores do Núcleo se articulam para conduzir o seu funcionamento.

Constatou-se que até meados do século XIX, não haviam registros de atendimento a crianças de 0 a 6 anos fora de seus lares. Este atendimento tem início na metade do século quando ocorreram o aumento da população urbana, os avanços tecnológicos e a Proclamação da República. Surgem as primeiras medidas proteção à infância e a criação das primeiras creches e asilos, destinados à crianças pobres e com um atendimento voltado para cuidados com a alimentação e a saúde. Já no final deste século, surgiram os primeiros jardins de infância, que, contemplavam, além de cuidados, atividades com diferentes áreas do conhecimento e se destinavam a crianças de nível sócio econômico mais elevado.

No século XX, com o aumento da urbanização e da industrialização, a necessidade de atendimento a crianças fora de seus lares também cresceu, fazendo surgirem reivindicações pela criação de mais creches e de escolas maternas. Por volta de 1920, surgem as primeiras discussões e regulamentações em relação a cuidados e ao atendimento pedagógico que era realizado nas instituições. Mesmo assim, até 1990, predominou a concepção assistencialista, ligada apenas a cuidados com a saúde, higiene e alimentação das crianças.

Já após a década de 90, esta situação começou a mudar, no momento em que a Educação Infantil passou a pertencer ao Ministério da Educação e Cultura, também com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a intensificação de estudos sobre a infância e a inclusão da Educação Infantil em legislações educacionais. A partir deste contexto, houve uma conscientização por parte de educadores e responsáveis pelas políticas educacionais para esta faixa etária de que crianças de 0 a 6 anos, além de cuidados, necessitavam de um trabalho educativo que desenvolvesse suas potencialidades. Tanto esta mudança quanto a inclusão da Educação Infantil em políticas educacionais foram um processo lento, que se iniciou em 1993, na Declaração Mundial de Educação Para Todos, que deu origem às discussões sobre a importância da Educação Infantil para o

desenvolvimento humano e é considerada desta como uma etapa da Educação Básica. Recentemente a Educação Infantil foi reconhecida como um nível de ensino, através a Nova Lei de Diretrizes da Educação. Após a publicação deste documento, foram elaboradas legislações específicas que determinam as diretrizes para o desenvolvimento do trabalho educativo com crianças desta faixa etária.

Consideramos que tanto o resgate do histórico da Educação Infantil no Brasil como a especificação das legislações pertinentes a ela foram importantes para que houvesse uma compreensão geral sobre estes assuntos e sobre a sua repercussão na concretização das gestões do NEIIA e das mudanças ocorridas em cada período.

Com a análise realizada sobre a importância da gestão escolar, verificamos que anteriormente predominava uma visão de gestão ligada à administração e ao gerenciamento de instituições escolares, assumindo características centralizadoras, concebidas em um modelo técnico-burocrático. Atualmente este modelo de gestão está em processo de superação, dando espaço para uma visão mais participativa e democrática, a qual se concretiza através do envolvimento de todos os setores na viabilização de um trabalho conjunto, com repercussão também em sala de aula. Acredita-se que a maneira como se conduz a gestão constitui um fator importante, que terá repercussão de forma positiva ou negativa na qualidade do trabalho desenvolvido junto às crianças. Atualmente, tanto em instituições de Educação Infantil como nas demais, pode se perceber que ainda estão presentes características dos dois tipos de concepção de gestão, a centralizadora, cujas determinações são ditadas pela equipe diretiva, e a democrática, em que as decisões são construídas com a participação de todos os segmentos da escola.

Partindo deste ponto, foi importante analisar como ocorreu o desenvolvimento da Gestão no Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo e como esta foi evoluindo como passar do tempo, as mudanças ocorridas durante o período das coordenações e na própria estrutura organizacional.

Dividimos as gestões do NEIIA cronologicamente em cinco períodos, cada uma deles com suas características e seus diferentes momentos históricos, sendo estes determinados pelas mudanças de suas direções.

A primeira gestão foi marcada pelo intenso trabalho de iniciar a organização e a manutenção dos trabalhos da “Creche Ipê Amarelo”. Neste período, pessoas de diferentes áreas precisavam unir forças em torno de um objetivo comum: o

atendimento de crianças de 0 a 6 anos. Os gestores eram pessoas de diferentes áreas, como saúde, educação e psicologia, cada qual desenvolvendo seus trabalhos para sanar as necessidades do atendimento às crianças.

O trabalho inicial com as crianças caracterizava-se por cuidados em relação à saúde e à higiene, com a presença significativa de enfermeiras, bem como também de demais profissionais da área da saúde que prestavam atendimento. A parte pedagógica esteve presente através do Serviço de Pedagogia, responsável pela condução do trabalho pedagógico nas salas (essa equipe, como as demais, possuía uma coordenadora geral). Pode-se dizer que estavam presentes no início da Gestão do Ipê Amarelo dois tipos de trabalho, o educativo, desenvolvido através de uma Proposta Pedagógica que conduzia as atividades com as crianças, voltados para o desenvolvimento de diferentes áreas do conhecimento; e outro, de cunho mais assistencialista, voltado para os cuidados com a saúde, a higiene, o desenvolvimento motor e psíquico.

Este tipo de trabalho desenvolvido e a própria organização se estenderam na gestão seguinte, na qual foram feitas algumas reestruturações. Os profissionais foram alocados por setores, sendo que cada profissional respondia por uma área de atuação. A pessoa responsável por cada área fazia parte da Assessoria Técnica que, juntamente com a direção, era responsável por organizar seus planos de trabalho, compondo assim o Projeto de Atividades da Creche, o qual servia de base para todo o trabalho desenvolvido na Instituição.

Constatamos que, nestes dois primeiros períodos de gestão, a organização funcional e a articulação dos gestores aconteceram através de um trabalho de equipe, vinculado a um plano geral, com os profissionais de diferentes áreas, que trabalhavam para prestar um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

A partir do início do terceiro período de gestão, houve uma significativa diminuição do número de profissionais, principalmente da área da saúde. A direção e a coordenação pedagógica foram assumidas por professoras do Centro de Educação e estagiárias da área da educação passaram a substituir as pedagogas e as enfermeiras que trabalhavam como “eventuais”. A instituição passa a se chamar “Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo”, buscando um caráter mais educativo. Em substituição à Assessoria Técnica, foi constituída uma coordenação pedagógica, que juntamente com a direção, era responsável pela elaboração de planos e de propostas direcionadas ao desenvolvimento das atividades do Núcleo, as quais

eram elaboradas também com a participação de professores, dos pais e de demais profissionais do Núcleo.

Percebeu-se também, que com as mudanças ocorridas em relação à transferência do Ipê Amarelo da PRAE para a PRRH e desta para o Centro de Educação, houve alterações em relação às propostas pedagógicas, que foram sendo continuamente reelaboradas e aperfeiçoadas nas gestões seguintes, nas quais se buscava a qualificação do trabalho pedagógico, a capacitação do quadro pessoal, o incentivo à participação efetiva de todos os segmentos do Núcleo. Nestas propostas definiam-se as bases teóricas, os objetivos, a definição de metodologias adotadas, a organização da gestão, do trabalho em sala de aula e os modos de avaliação do trabalho desenvolvido na instituição.

Mudanças estruturais e de adequação às legislações vigentes sobre a Educação Infantil também influenciaram na elaboração de propostas pedagógicas, bem como nas condutas no trabalho com as crianças e no modo de se conduzir a gestão do NEIIA. Estas mudanças foram necessárias para que se continuasse mantendo a qualidade do trabalho desenvolvido junto a suas crianças e para que se adequasse às novas especificidades da Educação Infantil. Consideramos, então, dois momentos muito significativos para a Instituição. O primeiro se refere à gestão iniciada em 1994, quando a Instituição começa a superar mais efetivamente o caráter assistencialista para dar uma dimensão mais pedagógica ao atendimento das crianças. Isso foi viabilizado através da troca de profissionais da área da saúde por estagiários provindos de cursos da área da educação, aliado ao fato da direção ser constituída por professoras do Centro de Educação. O segundo momento seria quando o NEIIA passa a pertencer ao Centro de Educação, no início da gestão de 2002. Neste momento se iniciou o trabalho de torná-lo um núcleo educacional reconhecido, sendo que para isso foram dados importantes passos, como a construção do Projeto Político Pedagógico e o envolvimento mais efetivo da comunidade escolar na gestão da Instituição. Este reconhecimento do NEIIA como instituição educacional, que se concretizaria através do seu credenciamento junta à rede municipal de ensino, ainda não se efetivou, devido ao fato do Núcleo ser um projeto de extensão do Centro de Educação, não sendo assim reconhecido dentro da própria Universidade como um centro educacional.

Conclui-se que, no decorrer das gestões do NEIIA, as exigências do próprio trabalho desenvolvido com as crianças impuseram a concretização de uma gestão

educacional articulada, para atender as necessidades da Educação Infantil. À medida em que foram ocorrendo novas situações, as formas de gestão foram sendo reestruturadas e adaptadas às novas necessidades, o que repercutiu direta e indiretamente na qualidade do trabalho junto às crianças.

Através deste trabalho também foi possível reconhecer as contribuições do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo para a comunidade universitária. Tanto no sentido de ter prestado um atendimento de qualidade a um número aproximado de 600 crianças de 0 a 6 anos, filhos de servidores da UFSM, como também por ser um espaço para os acadêmicos de diferentes áreas realizarem estágios curriculares e desenvolverem projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Cabe ressaltar que através do trabalho intenso das gestões do Núcleo, desde sua inauguração até os dias de hoje, é que esta instituição é reconhecida como uma referência de qualidade no trabalho desenvolvido com a Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília.1993.

BRASIL. **Resolução CNB/CNE Nº 1, 7 de abril de 1999. Institui a Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 5 de mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CEB Nº 2, de 19 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares para formação de Docentes para Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 5 de mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

CASTRO, M. L. S. **Sistemas e Instituições. Repensando a teoria na prática**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DIDONET, Vital. (apresentação). **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Editora Plano, 2000.

FARIA, A. L. G.; PALHARES, M.S. **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. (Org.) **Gerenciando a escola eficaz: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000.

FILHO, José Camilo dos Santos; GAMBOA, Silvio. Sánchez. (Org.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**. Campinas: São Paulo, 1994.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP & Editora, 2001.

LÜCK, Eloisa. **Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

LUDKE, M; ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Esmeralda. (Org.) **Encontros e encantos na educação infantil**. São Paulo: Papyrus Educação, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2ª ed, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 11.629/2001. Altera a Lei 10.576 de 14 de novembro de 1995. Institui a Gestão Democrática na Escola Pública**. Porto Alegre, 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZABALZA, MIGUEL A. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VIERA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

DOCUMENTOS CONSULTADOS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Parecer 05/89 do Conselho Universitário da UFSM. Santa Maria, 21 de março de 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto de Atividade. Núcleo de Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo I e II, PRAE, COPLACOM. Santa Maria, julho de 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Programa de Acompanhamento e Estimulação do Desenvolvimento Infantil. PRAE, COPLACOM. Santa Maria, agosto de 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Proposta Pedagógica para Criança Pré-Escolar do Núcleo e Creche Ipê Amarelo I e II. Santa Maria, março de 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Normas que regem o funcionamento da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo. Santa Maria, julho de 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Plano Global de atividades. Núcleo de Creche Ipê Amarelo, PRAE. Santa Maria, 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Plano de Assistência Pré-Escolar. Departamento Pessoal. Santa Maria, maio de 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Proposta Pedagógica para a Educação Infantil. PRAE, COPLACOM, Comissão Pré-Escolar, NEIIA, NDI, CE. Santa Maria, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Regulamento Geral do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo. Santa Maria, outubro de 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Regimento Interno da Creche e Pré-Escola Ipê Amarelo da UFSM. Sem data.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Normas que Regem o Funcionamento da Creche e Pré-Escola. PRAE. sem data.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Regimento Interno da Creche Ipê Amarelo. COPLAD, PROPLAM. Sem data.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Proposta pedagógica do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo: A Educação Infantil Numa Concepção Sócio-Interacionista. Santa Maria, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução Nº 12/02, MEC/UFSM, 16 de dezembro de 2002, Gabinete do Reitor da UFSM, Paulo Jorge Sarkis.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto Político Pedagógico do NEIIA. NDI, CE. Santa Maria, agosto de 2003.

ANEXOS

(ANEXO I)

ROTEIRO BASE PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ALUNA: Simone Bialozor
ORIENTADOR: Clóvis Renan Jacques Guterres

QUESTÕES

- 1- Qual foi o período de sua gestão?
- 2- Como você resumiria este período?
- 3- Quais os principais problemas enfrentados em nível financeiro, administrativo e no trabalho direto com as crianças?
- 4- Como e por quem eram elaboradas as propostas de trabalho, propostas pedagógicas e regimentos do NEIIA?
- 5- Qual era a situação do Núcleo no período em que assumiu a direção e quais as mudanças ocorridas com a sua gestão?
- 6- Como era a articulação dos gestores para o funcionamento do Núcleo?
- 7- Como você avaliaria o seu período de gestão, pontos positivos e negativos?

**ANEXO II – DOCUMENTOS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
IPÊ AMARELO**